

Instituto de Apoio à Criança

Atas do Encontro

ACOLHIMENTO FAMILIAR

Desafios e Potencialidades em Portugal

Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
22 de junho de 2023

INTERVENIENTES

Guilherme d'Oliveira Martins

Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian

Dulce Rocha

Presidente da Direção do Instituto de Apoio à Criança

Ana Jorge

Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Rosário Farmhouse

Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens

Rui Godinho

Diretor da Direção de Infância, Juventude e Família da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Rui Azevedo

Diretor Técnico do Lar de Infância e Juventude do Centro de Bem Estar Social da Zona Alta - CBESZA

Eunice Magalhães

Investigadora na área do Acolhimento Familiar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Nadine C. Santos

Presidente da APAF – Associação Portuguesa de Acolhimento Familiar

Luiz Soveral

Família de Acolhimento

Maria Sequeira Mendes

Projeto Adotar e Acolher

Fernanda Salvaterra

Investigadora e Coordenadora da Área do Conhecimento e Formação do Instituto de Apoio à Criança

Mara Chora

Técnica Superior na Área do Conhecimento e Formação do Instituto de Apoio à Criança

Rita Amaral

Técnica Superior na Área do Conhecimento e Formação do Instituto de Apoio à Criança

Vasco Alves

Vogal da Direção do Instituto de Apoio à Criança

ÍNDICE

1. Introdução	4
2. Vídeo de Apresentação	5
3. Sessão de Abertura	
3.1. Guilherme d'Oliveira Martins Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian	7
3.2. Dulce Rocha Presidente da Direção do Instituto de Apoio à Criança	10
3.3. Ana Jorge Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	15
3.4. Rosário Farmhouse Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens	17
4. Acolhimento Familiar em Portugal no Séc. XXI	
4.1. Rui Godinho Diretor da Direção de Infância, Juventude e Família da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	21
4.2. Rui Azevedo Diretor Técnico do Lar de Infância e Juventude do Centro de Bem Estar Social da Zona Alta – CBESZA	28
4.3. Eunice Magalhães Investigadora na área do Acolhimento Familiar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa	41
5. Ser Família de Acolhimento em Portugal	
5.1. Nadine C. Santos Presidente da APAF – Associação Portuguesa de Acolhimento Familiar	49
5.2. Luiz Soveral Família de Acolhimento	52
5.3. Maria Sequeira Mendes Projeto Adotar e Acolher	56
6. Academia para a Parentalidade Consciente: Famílias de Acolhimento Precisam-se!	
6.1. Fernanda Salvaterra, Mara Chora e Rita Amaral Equipa da Área do Conhecimento e Formação do Instituto de Apoio à Criança	60
7. Sessão de Encerramento	
7.1. Vasco Alves Vogal da Direção do Instituto de Apoio à Criança	69
8. Memória Fotográfica	71

1. INTRODUÇÃO

O Encontro "Acolhimento Familiar: Desafios e Potencialidades em Portugal", organizado pelo Instituto de Apoio à Criança, constituiu a última etapa do projeto europeu Erasmus+ "Academia para a Parentalidade Consciente – Famílias de Acolhimento Precisam-se!" ("*Conscious Parent Academy – Replacement parent urgently needed!*"), que resultou da parceria entre o IAC, duas instituições da Polónia, a Fundação de Educação SMART (Coordenação) e o Centro Municipal de Bem-Estar Social (MOPS), e uma instituição da Lituânia, a Instituição Pública - Academia Minha Família.

Este evento teve como objetivo apresentar os resultados do projeto, bem como refletir sobre o estado do acolhimento familiar em Portugal.

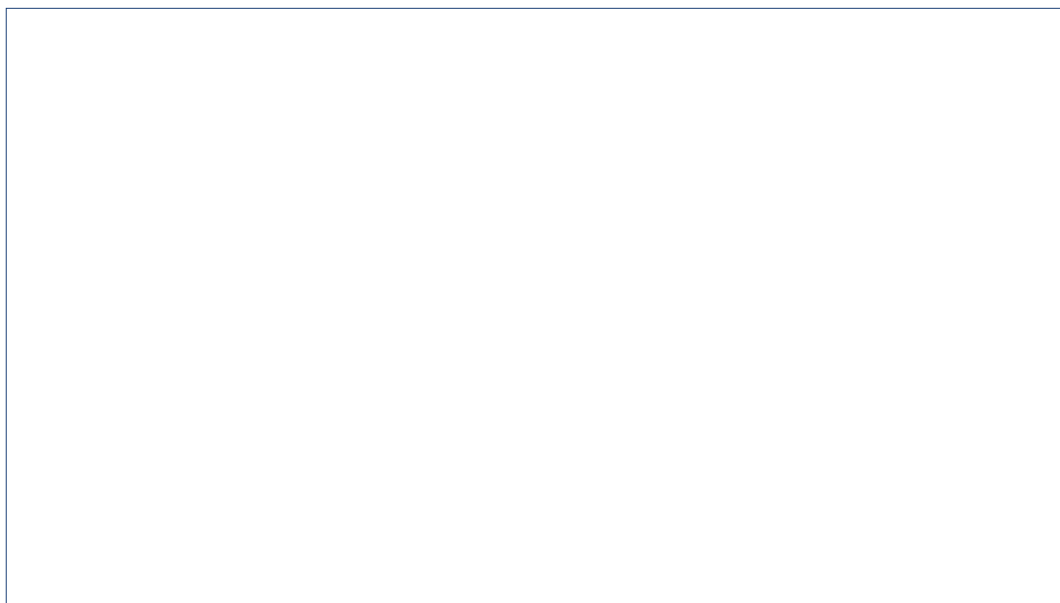
As comunicações estiveram a cargo de profissionais da academia e de instituições de enquadramento do acolhimento familiar, bem como de famílias de acolhimento, cujas intervenções permitiram uma visão complementar sobre esta medida de promoção e proteção. Foi de grande relevância termos presentes estes três vetores, numa tentativa de aliarmos a teoria, a prática e as vivências pessoais.

Ao longo do projeto foram desenvolvidos vários materiais de suporte às crianças, famílias de acolhimento e profissionais envolvidos nesta área, entre as quais formações e um guia informativo sobre esta medida nos três países.

Contudo, neste encontro deu-se destaque a quatro materiais que considerámos terem tido grande receção por parte dos parceiros e das famílias de acolhimento que estiveram envolvidas no projeto. Nomeadamente, as cartas lúdico-pedagógicas "O que é o Acolhimento Familiar?" e "O que é a Adoção?", dirigidas às crianças, e as brochuras "Desafios das Crianças em Acolhimento Familiar – O que esperar do inesperado?" e "Desafios das Crianças Adotadas – O que é esperado?", dirigidas às famílias e aos profissionais.

Porque todas as crianças têm o Direito a uma família, a serem protegidas e a receberem afeto, este encontro pretendeu ser mais uma forma de reforçar a importância que esta medida de promoção e proteção tem e de refletir sobre a mesma.

2. VÍDEO DE APRESENTAÇÃO



Vídeo do Encontro "Acolhimento Familiar: Desafios e Potencialidades em Portugal".

3. SESSÃO DE ABERTURA

3. SESSÃO DE ABERTURA

3.1. **Guilherme d'Oliveira Martins** | Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian¹

Bom dia a todos!

A Sra. Dra. Dulce Rocha disse que a Fundação Gulbenkian acompanhou, desde a pré-história, o IAC, o Instituto de Apoio à Criança, e apoiou-o fisicamente, porque, do outro lado da avenida, nasceu o Instituto do Apoio à Criança.

Do outro lado, mas como se fosse deste. E não posso, naturalmente, deixar de lembrar aqui o Sr. Dr. Azeredo Perdigão, que desde a primeira hora apoiou esta iniciativa, e a Dra. Manuela Eanes que é, digamos, a mãe, a madrinha.

Uma saudação muito especial à Sra. Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Em termos hierárquicos ela prevalece, porque estamos aqui no município de Lisboa e ela é a Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e, portanto, além de tudo o mais, como sabe, isso prevalece, mas eu comecei por justamente referir a sua funcionalidade aqui.

A Sra. Dra. Ana Jorge, a Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, uma saudação, também, muito especial. Tive a oportunidade de lhe desejar as felicidades, relativamente a esta função tão importante e tão significativa.

Saúdo todos, e permitam-me que saúde, muito especialmente, o meu querido amigo Conselheiro Armando Leandro e nele saúdo, repito, todos, porque tenho aqui felizmente muitos amigos e amigas.

Como a Sra. Dra. Dulce Rocha estava a dizer, além de tudo o mais, também tenho uma pequena função no IAC e quase que há aqui um conflito de interesses, mas não há. Não há pelo que eu expliquei há pouco, porque o apadrinhamento da Fundação Gulbenkian relativamente ao IAC, naturalmente, demonstra bem que estou aqui por direito próprio, enquanto representante da Fundação.

"Acolhimento Familiar: Desafios e Potencialidades em Portugal", este é um tema absolutamente crucial, difícil, complexo. E difícil e complexo não apenas por causa das famílias de acolhimento, mas pela questão da própria evolução da sociedade e a compreensão do que é hoje a família.

A família hoje é uma realidade em mudança e, sendo uma realidade em mudança, é uma realidade, no entanto, absolutamente fundamental porque é o núcleo crucial. Nós não compreendemos uma sociedade aberta, democrática, uma sociedade respeitadora dos Direitos fundamentais, se não compreendermos o papel da família.

Repito, não é a família idealizada, aquela família que não existe ou família que já deixou de existir. A família que aqui falamos é a família da diversidade, da complexidade e, sobretudo, verificámos nos últimos dados estatísticos que há uma relativa estabilização da nossa população.

¹ Texto da comunicação com base na gravação em vídeo.

Nós sabemos que no final do século, Portugal terá cerca de 6 milhões de habitantes. Essa evolução é inexorável, em virtude dos fenómenos migratórios, em virtude dos movimentos naturais que existem na sociedade. E nas sociedades, obviamente, vamos ter cada vez mais famílias na sua diversidade e generosidade.

E, aqui, quando digo generosidade, não é uma generosidade idílica, é uma generosidade real, porque qualquer decisão, e as famílias de acolhimento de sucesso bem o sabem, neste domínio tem de ser uma decisão ponderada, tem de ser uma decisão considerando todas as implicações e todas as consequências e o tema é, por isso, da maior importância e da maior atualidade.

Porquê? Porque qualquer decisão neste domínio marca decisivamente a vida das pessoas.

E devo dizer o seguinte: o tema do acolhimento familiar, como aliás irá ser referido durante este dia, é um tema que se relaciona, também, com aquele que há pouco vos referia que é a evolução da família hoje.

Não uma família idílica, mas uma família complexa, uma família diversa. Até porque numa sociedade como a nossa, num país como Portugal, que acolhe pessoas de diversas origens, diversas culturas, a verdade é que a relação familiar é naturalmente diversa e tem de ser compreendida assim.

Portanto, não se pense, por isso, que em virtude da diversidade e da evolução que a família deixou de ser importante. A família é absolutamente fundamental. Não a família abstrata, mas a família concreta e esse é o desafio. Esse é o desafio perante o qual nós nos encontramos.

Ainda há pouco trocava impressões com a Sra. Dra. Ana Jorge, Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de um projeto que foi criado na Europa por um maestro que é um dos grandes nomes da música do século XX e que tem, fundamentalmente, como ponto crucial a promoção do sucesso educativo relativamente a crianças e jovens que provêm de meios diversos.

Nessa conversa, eu referia que o nosso primeiro grande sucesso foi a Escola n.º 1 de Algés, onde as crianças que não tinham sucesso escolar passaram a tê-lo, porque passaram a ter sucesso no Funaná, nas danças tradicionais de Cabo-Verde. Portanto, como eles começaram a ter sucesso no Funaná, perguntaram assim: *"mas por que razão é que eu também não tenho sucesso na Matemática? Por que razão é que eu também não tenho sucesso em Ciências? Por que razão é que eu também não tenho sucesso em Português?"*. E, hoje, ao falarmos nas línguas estamos a falar também nos crioulos.

Amanhã, inauguraremos aqui na Fundação Calouste de Gulbenkian, o Jardim de Verão deste ano, que tem, justamente, como grande animador "Lisboa Crioula" e tudo aquilo que vai significar, que é acolhermos aqui essa extraordinária diversidade. Por isso, pela primeira vez, o curador de uma iniciativa aqui na Fundação Calouste de Gulbenkian será o Dino d'Santiago. Por é que eu digo isto? Exatamente para compreendermos a própria complexidade desta questão e ao chamarmos aqui o Dino d'Santiago, nós estamos apenas a dizer que todos são bem-vindos.

Uma vez, num dos nossos projetos de sucesso, em Cabo-Verde, promovemos a Língua Portuguesa como língua segunda e houve críticas. Vieram dizer: *"Português como língua segunda?"*. É Português como língua segunda, porque é língua segunda, não é língua estrangeira. O meu querido amigo Germano Almeida costuma dizer o seguinte *"para nos compreendermos aqui nós usamos os Crioulos, mas se eu quisesse"*, dizia ele *"fazer uma conferência na Baía ou em Lisboa ou em qualquer parte, eu tenho que falar*

uma língua compreensível para todos" e, portanto, o respeito pelo Crioulo é o respeito, naturalmente, da capacidade de comunicação na língua mãe de todos. O Crioulo é uma língua subsidiária do Português.

Por que razão é que introduzi este ponto? A diversidade. E esse ponto é fundamental quando, por exemplo, falamos da alfabetização em Crioulo e as pessoas ficam surpreendidas. Alfabetização em Crioulo, alfabetização bem feita em Crioulo, torna-se alfabetização em Português, garantindo a comunicação.

Por isso, falar de acolhimento familiar é falar de pessoas concretas, é falar de situações concretas.

Muito obrigado.

Ao IAC parabéns. A todos quantos aqui estão neste projeto, muito o apoio para aquilo que é algo de prioritário, hoje.

3.2. Dulce Rocha | Presidente da Direção do Instituto de Apoio à Criança²

Muito bom dia a todos.

Agora vou eu falar porque as ilustres personalidades que vêm a seguir têm outra procedência.

Este é um tema sobre o qual tenho refletido tanto que irei permitir-me partilhar convosco algumas ideias, fruto da minha experiência profissional e das muitas leituras que tenho feito.

Creio que no Direito da Família não haverá tema em que tantas pessoas pensem de maneiras tão diversas e em que mesmo sem experiência e sem estudos haja tantas considerações opostas.

É, por isso, um gosto podermos fazer este encontro na Fundação Gulbenkian e é realmente um acolhimento familiar, também. É importante o afeto e apreciamos este acolhimento que nos é proporcionado sempre, principalmente, com o apadrinhamento do Sr. Conselheiro Guilherme d'Oliveira Martins, que já nos motivou para a excelência. É, realmente, uma honra podermos tê-lo connosco, sempre.

Cumprimento, com muita amizade, a Sra. Dra. Rosário Farmhouse, Presidente da Comissão Nacional da Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e é, também, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, como aqui já foi referido. Eu, não sendo de Lisboa, curvo-me perante esse cargo tão importante. A Dra. Rosário Farmhouse é daqueles convidados que também já são da família, são aqueles convidados que costumamos dizer que "fazem falta em casa", que é indispensável nas nossas casas. É isso que acontece com os nossos encontros, a Dra. Rosário Farmhouse já se tornou imprescindível. Bem-haja por estar sempre disponível.

Além disso, é uma honra enorme termos connosco a Dra. Ana Jorge, Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por múltiplas razões, mas duas principalmente. Uma tem que ver com a própria Dra. Ana Jorge, ilustre pediatra, foi Ministra da Saúde durante a outra pandemia, a da gripe A. Colaboradora do nosso setor da Humanização, desde 1994, quando foi criado, ainda no tempo do nosso saudoso Professor Torrado da Silva, que foi criador da Pediatria do Hospital de Almada, do Hospital Garcia da Orta. Está sempre no nosso coração. Teve muita importância na legislação que viria a consagrar a possibilidade de os pais estarem com os seus filhos a todas as horas nos internamentos e isso constituiu uma revolução nos hospitais, porque ele dizia que as crianças choravam, principalmente, por não estarem com os pais, não era com as dores da doença, mas sim por não estarem acompanhados das suas figuras de referência. Portanto, é sempre bom lembrar o Professor Torrado da Silva. A Dra. Ana Jorge esteve sempre presente, também, e além disso é membro do nosso Conselho Consultivo.

Queria aproveitar para saudar o Sr. Conselheiro Armando Leandro e, em si, cumprimento todos os outros membros do Conselho Consultivo.

A Dra. Ana Jorge já contribuiu, também, para a nossa revista, assim como o nosso querido Professor Guilherme d'Oliveira Martins. Mas estava a falar daquele maravilhoso artigo que escreveu. Eu fiquei encantada com o seu artigo. Foi em vésperas de se ter tornado Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa. É um privilégio tê-la connosco. Mas a outra razão tem que ver com a Instituição a que agora preside, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que no âmbito do seu compromisso com o bem-estar da Criança durante tantas décadas esteve na vanguarda de projetos inovadores, relativamente ao acolhimento e à adoção, e que, em boa hora, vemos retomar esse espírito com o projeto do acolhimento familiar.

² Texto da comunicação com base na gravação em vídeo.

Temos aqui o Dr. Rui Godinho que tem estado à frente desse projeto, com formação, com acompanhamento e monitorização dos resultados.

Estimados amigos, o Instituto de Apoio à Criança sempre esteve atento a esta matéria e lembro-me que, em 2006, quando começou a ser claro que Portugal era dos países com o menor número de famílias de acolhimento, a Dra. Manuela Eanes convocou uma reunião do Conselho Técnico-Jurídico, que eu integrava com o Dr. Armando Leandro, o Dr. Manuel Coutinho e com a Professora Maria do Rosário Carneiro.

Foi uma reunião muito importante para mim, porque tive a oportunidade de sentir a preocupação da nossa fundadora, relativamente a matérias tão relevantes, como a adoção e o acolhimento familiar.

Posso dizer-vos que durante os dois últimos anos ela insistia comigo e com a Prof.^a Fernanda Salvaterra, *"temos de fazer um grande encontro sobre a adoção e acolhimento"*. Surgiu agora a oportunidade e eu estou muito feliz.

No verão de 2001, estive num congresso em Londres, organizado por universidades de Londres e de Edimburgo e por serviços de *"Foster Care"* e aí era questionado o sistema que permitia sucessivas roturas afetivas de crianças que eram retiradas às famílias biológicas e depois eram levadas de casa em casa, crescendo sem apego, sem referências. Eram meninos e meninas que cresciam vazios, como diria o Pedro Strecht que dedicou há muitos anos um livro com este título às crianças filhas do desamor.

Nesse congresso fiquei muito impressionada com os relatos de pessoas adultas que tinham estado em *"Foster Care"* e que responderam a inquéritos de sociologia e de psicologia social. Do mesmo modo, como agora fiquei com os relatos das vítimas de abusos sexuais na Igreja. Foi um choque para mim.

Confesso-vos que esses testemunhos foram muito surpreendentes e dolorosos, um sofrimento invisível que perpassava em tudo o que descreveram. Quando se estavam a adaptar, o sistema retirava-as das famílias *"emprestadas"* que se tinham esforçado por aceitar e amar. Por vezes, era o oposto, eram obrigados a suportar a indiferença, os maus-tratos, os abusos e não tinham ninguém a quem recorrer. Portanto, estes são dois pontos essenciais que temos de prevenir para que não aconteçam. Nós queremos famílias de acolhimento, mas queremos que as famílias estejam preparadas, estejam formadas e que, sobretudo, consigam dar afeto e que as crianças se liguem, também.

O grande apelo que saiu desse congresso, como imaginarão um Congresso Internacional muito participado, foi o de que todos devíamos pugnar por dar às crianças uma família para a vida, *"a family for life"*, para não haver aquelas ruturas afetivas de que vos falei. Esse foi o grande lema, *"a family for life"*.

Mesmo que não fosse viável ou adequado à adoção, os serviços e os tribunais deveriam procurar uma família que fosse uma referência para a criança que não pudesse estar na sua família biológica. Devia, ainda, dar-se voz às crianças, garantindo o Direito de Participação inscrito na Convenção sobre os Direitos da Criança, mas que às vezes não é levado à prática. O Direito de Participação tem de ser concretizado.

Pareceu-me que a preocupação da Dra. Manuela Eanes era oportuna e que se justificava. Tínhamos poucas famílias de acolhimento e era importante que conseguíssemos um maior número, obviamente, mas tínhamos, também, a obrigação de construir um sistema melhor, em que as relações afetivas fossem determinantes.

Mais tarde soube que a Dra. Manuela Eanes, em abril de 2007, por ocasião dos 25 anos do IAC, numa conferência aqui na Fundação Gulbenkian, voltou a falar na necessidade de investirmos nas famílias de acolhimento.

Já eu estava no Instituto, em 2014, fizemos mais uma vez uma conferência sobre este tema, desta vez no auditório novo da Assembleia da República, em que perante a descida drástica que persistia nas famílias de acolhimento, apelamos no mesmo sentido. Nessa conferência também esteve presente a nossa querida Prof.^a Fernanda Salvaterra, a Santa Casa, a Casa Pia de Lisboa, diversos técnicos e um conjunto de dirigentes de IPSS's, como a Mundos de Vida, que tinha nessa altura um projeto muito interessante, espero que ainda o tenha, em que dava formação a famílias de acolhimento. Queríamos todos juntos refletir sobre esta medida tão importante para as crianças que não podem viver com as suas famílias biológicas.

Toda a vida combati a excessiva formalidade neste tipo de procedimento. Tive um mestre especial, que aqui está na primeira fila, que nos explicava bem que nestes processos não deveria prevalecer a formalidade e sim o concreto, a substância. Estes procedimentos só devem consistir no mínimo necessário para atingir o resultado e esse é o de a criança sentir numa família de acolhimento ou adoção, o calor, a afeição, a estabilidade que não encontrou na família de origem, tudo o resto é circunstancial e acessório. O fundamental de uma família é mesmo o afeto, a relação, aqueles laços que se constroem e se desenvolvem ao longo do tempo, por causa do cuidado, da atenção, da presença, da disponibilidade e da partilha.

Mas ao contrário da adoção, que tem carácter definitivo, o excesso do formalismo nesta medida pode ser um obstáculo à proteção da criança. Por outro lado, tenho manifestado reserva relativamente ao sistema demasiado compartimentado que temos e que tem dificultado, por vezes, que uma família de acolhimento se torne família adotiva, por exemplo, em casos em que se comprova uma vinculação segura e recíproca.

Aliás, creio que este entendimento rígido colide neste momento com a redação atual da Lei de Proteção de Crianças e Jovens, que privilegia as relações de referência e que reconhece como Direito da Criança a preservação das suas ligações afetivas profundas.

Foi o Instituto de Apoio à Criança que propôs estas alterações baseadas em muitas experiências e, também, num texto muito importante, de 1984, do Conselheiro Armando Leandro, que dizia que era um Direito da Criança o Direito à preservação das suas relações afetivas profundas.

Mas foi o Instituto que propôs as alterações que vieram a ser consagradas alguns anos depois de ter sido entregue na Assembleia da República uma petição com centenas de assinaturas de especialistas e profissionais de mérito, os quais pediam que fosse expressamente mencionado na lei esse tal Direito à preservação dos laços afetivos de grande significado.

Por vezes, tenho a sensação de que a administração não acompanhou as alterações legislativas produzidas neste âmbito, pelo Parlamento. O que torna incoerente o sistema e pode pôr em causa até, se não forem mudadas as práticas nesta matéria, a própria unidade do sistema jurídico. Não sei se estão aqui muitos juristas, mas os que estão compreenderão o que eu quero dizer.

Bem, o certo é que continuamos a ter demasiadas crianças e jovens em acolhimento residencial. Claro que já não são os 13 000 de há 10 anos, ou os 8 000 de há 5 anos, mas continuam a ser muitos, ultrapassam os 6 000. Temos de reduzir este número de forma significativa e a solução passa, sobretudo, por melhores diagnósticos.

Deve ser dado o máximo apoio às famílias biológicas, se existirem laços afetivos recíprocos, seja para ajudar economicamente, seja para ajudar na aquisição ou no desenvolvimento de competências parentais. Só quando não seja viável esta capacitação é que será adequado retirar a criança, ou seja, em princípio quando se retira não deve haver dúvidas de que foi a melhor decisão.

Por isso, digo que a institucionalização pode ser indispensável em casos graves e urgentes de perigo ou em casos irreversíveis de vitimização. Não devemos, portanto, diabolizar o acolhimento residencial, de forma nenhuma. Será sempre necessário enquanto ainda não está minimamente definido o projeto de vida da criança ou enquanto se aguarda por informações importantes para que seja definido, por exemplo, um projeto de adoção. Mas creio que já todos entendem que é preferível o acolhimento familiar à institucionalização.

Porém, as decisões sobre o destino de uma criança têm de ser ponderadas e devemos evitar ao máximo que sejam provisórias e sucessivamente alteradas. A criança não pode sentir-se um objeto à mercê do sistema e tem de ver respeitada a sua autonomia, a autonomia da vontade, a autonomia dos seus sentimentos.

Este projeto europeu da "Academia para a Parentalidade Consciente", que em Portugal foi dirigido pela equipa coordenada pela Prof.^a Fernanda Salvaterra, pareceu-me muito interessante, justamente, porque permitia a partilha dos estudos decorrentes de diversos países, os parceiros que connosco quiseram fazer este caminho e esta reflexão, surgindo numa altura em que no nosso país se entendeu chegado o momento de mudar este estado de coisas.

Nos últimos dias temos assistido a diversas iniciativas, a um interesse de um conjunto de órgãos de comunicação por este tema. É positivo, mas estou convencida que só com uma grande campanha nacional conseguiremos mudar isto. Não podemos arriscar a que, mais uma vez, passado um interesse momentâneo tudo volte a ficar como está.

Nesta matéria, precisamos mesmo de mudanças transformativas, como diria o meu querido amigo, Professor José Ornelas do ISPA. Precisamos de mudanças transformativas, não daquelas que deixam tudo inalterável e que só servem para nos iludirmos de que alguma coisa vai mudar.

Estivemos 100 anos sem adoção, mas temos de ter consciência que ela não é sempre a solução. Há casos em que nem sequer é justo para a família biológica essa resposta. Tenho a certeza de que não iremos aceitar estar 100 anos sem um sistema seguro de acolhimento familiar e tenho a certeza que, quer a Comissão Nacional, quer a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, estarão connosco nesta missão de desinstitucionalização, sobretudo dos nossos jovens que precisam urgentemente de uma família que os apoie, que os ajude na autonomia, que seja uma verdadeira referência para a sua vida.

Projetos como este ajudam a divulgar esta medida de promoção e proteção, em que o que se pretende é que a criança ou jovem se sinta parte da família que os acolheu e que essa família possa vir a ser a sua família de referência e este é um trabalho de todos nós: ONG's, Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

Quando integrei o Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa e depois de ouvirmos muita gente, entre os quais o Professor Armando Leandro, Professor Sérgio Niza, eu sei lá quantas pessoas... chegámos a várias conclusões que constam de um relatório publicado em 2005, a que chamámos um "Projeto de Esperança". Uma das conclusões era, justamente, que para uma desinstitucionalização adequada era necessário investir em famílias de acolhimento. Para que este projeto seja um êxito,

o projeto de arranjar mais famílias – famílias de acolhimento precisam-se –, temos de promover a formação das famílias candidatas e temos de assegurar formação especializada ao pessoal técnico que vai acompanhar essas famílias, por forma a que saibam acudir aos problemas inesperados, contudo previsíveis.

Durante muito tempo ficcionou-se uma situação relativamente à adoção, que consistia em negar que houvesse problemas diferentes, problemas específicos dos que tinham todas as outras famílias. Hoje, sabe-se que tal não corresponde à realidade. Por vezes, era importante o aconselhamento ou até a mera troca de impressões e, no caso das famílias de acolhimento, é natural que haja problemas, alguns mais sérios, e temos de estar preparados para as especificidades quer de quem acolhe, quer de quem é acolhido.

As publicações que durante o projeto vieram a público são muito importantes e revelam que muito há a aprender nestas matérias. Estas publicações são o resultado do trabalho de pesquisa que esta equipa desenvolveu e são a demonstração de como é possível contribuir para um melhor conhecimento de toda esta temática tão desafiante.

Contamos com todos vós, com os técnicos, com as instituições, com as famílias de acolhimento, com o pensamento de todos. As famílias de acolhimento são muito importantes e vamos ouvi-las hoje.

Parabéns, minha querida Prof.^a Fernanda Salvaterra, soube pôr na ordem do dia este tema tão desafiante e parabéns a toda a equipa, à Mara e à Rita.

Um grande beijinho à Dra. Isabel Pastor, que sempre se tem dedicado a estas matérias. Estou muito expectante, também, por ouvir o Dr. Rui Godinho, sei que tem esse projeto tão interessante. Não conheço bem, porque não pude continuar na ProChild, mas sei que está a ser um êxito.

A formação é sempre muito importante, pois como dizia, há pouco, o nosso Conselheiro Guilherme d'Oliveira Martins, a diversidade é tal. Também, Edgar Morin tanto nos fala da diversidade, da complexidade do mundo. Realmente, nós cada vez temos problemas mais complexos para resolver e temos de conseguir superar-nos e envolver-nos de maneira a que a nossa motivação seja constante pela dignidade da Criança e pelos Direitos das Crianças, que abraçámos defender.

Obrigada a todos, pela vossa atenção.

3.3. Ana Jorge | Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa³

Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar e agradecer ao IAC, na pessoa da Sra. Dra. Dulce Rocha, o convite para estarmos aqui na sessão de abertura e, obviamente, de podermos participar no programa, nomeadamente, na mesa seguinte.

Queria-lhe agradecer as palavras que me dirigiu sobre a minha participação no IAC. Como disse, eu sou pediatra de formação e de exercício durante muitos anos, portanto a área da Criança sempre foi uma área muito especial. Eu costumo dizer que comecei a vida na pediatria ao contrário do clássico, eu comecei por ser médica de saúde escolar e depois é que fui para a pediatria. E isto é a noção do conhecimento, das causas, das razões e trabalhei na A-da-Beja que foi uma experiência muito grande.

Queria cumprimentar a Dra. Rosário Farmhouse, é um gosto. E uma palavra ao Conselheiro Leandro, também, somos parceiros nestas coisas desde há muito tempo.

Não posso deixar de citar a importância da identificação dos maus-tratos e das crianças vítimas de violência, na área da saúde e na área da pediatria, sítio onde numa fase muito precoce lidámos com estas questões e em que nos chegavam as crianças, muitas vezes em situações muito dramáticas. Foram constituídos os Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco, que o Conselheiro Leandro muito defendeu e que participei enquanto técnica, tendo os mesmos sido posteriormente aprovados já enquanto Ministra da Saúde, e que foram muito decisivos no desenvolvimento e na forma como se atendem as crianças e como se considera esta questão.

Eu não vou, obviamente, falar nestas questões. A seguir, melhor do que eu, falará o Dr. Rui Godinho que é da Santa Casa. A Santa Casa está envolvida desde há muitos anos nestas áreas. Primeiro quer na área da adoção, em Lisboa, quer na área do acompanhamento de crianças em instituições de acolhimento, nas creches familiares, etc. Tem todo um trabalho muito grande sobre isto e tem havido, de facto, um envolvimento no projeto Colab da Prochild do qual eu também faço parte, no Conselho Consultivo. Este projeto, na altura, desenvolveu esta área muito específica do acolhimento familiar e, portanto, tem uma grande experiência. Para podermos lançar e avançar nestas matérias convém, de facto, que sejam muito ponderadas, acompanhadas e refletidas e a academia dá-nos uma segurança do ponto de vista da investigação, já que a Prochild está ligada à Universidade do Minho.

Queria fazer duas notas daquelas que não posso deixar de reforçar. Uma reforçar e outra depende da minha preocupação.

A primeira, esta preparação das famílias para o acolhimento familiar é fundamental, mas não podemos esquecer os técnicos, que têm de acompanhar as famílias, que têm de estar alerta para alguns problemas que, muitas vezes, não são identificados na seleção e nas intervenções iniciais e que são um risco muito grande para as crianças.

Uma área que também me preocupa tem que ver com os abusos das famílias. Os predadores existem, muitas vezes, mascarados e é preciso ver sinais, estarmos todos preparados para sinais que muitas vezes são subliminares, mas que são fundamentais para a proteção das crianças.

Quanto ao acolhimento institucional, a Santa Casa tem uma experiência já longa de reduzir o número de

³ Texto da comunicação com base na gravação em vídeo.

crianças por instituição, mas também de apoiar os técnicos. O *burnout* existe e a situação dos técnicos é, muitas vezes, de grande conflito e de grande tensão dentro da instituição. Portanto, a formação dos técnicos, a sua seleção, mas fundamentalmente a sua supervisão, o seu trabalho em equipa com alguém de fora que possa ajudar a ultrapassar e a discutir as dificuldades são fundamentais e isso a Santa Casa tem feito ao longo dos anos.

Obviamente, sempre com algumas dificuldades que são próprias das grandes instituições. Apesar de tudo, nós temos a obrigação de privilegiar aqueles que são mais necessitados e estar atentos a duas franjas da população muito vulneráveis, por um lado as crianças e as crianças de risco e as famílias, mas também a outra parte no fim do ciclo, que são os mais velhos, desprotegidos e sozinhos.

A Santa Casa tem, na cidade de Lisboa, um papel fundamental e na área da infância, como sabem, tem neste momento alargado a intervenção a outras áreas fora da cidade de Lisboa, por delegação de competências do Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

Estamos muito sintonizados com este problema, a vivê-lo, a querer aumentar as famílias de acolhimento com algumas boas experiências e disso penso que o Rui irá falar melhor do que eu, porque estou acabada de chegar.

Desejo-vos um bom trabalho hoje.

Muito obrigada por estarmos aqui e penso que só todos juntos poderemos construir e ser capazes de dar maior capacidade de resposta a esta área, que é muito importante.

Muito obrigada.

3.4. Rosário Farmhouse | Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens⁴

Muito bom dia, a todas e a todos.

Começo por cumprimentar as minhas companheiras de mesa e agradecer o convite por estar aqui, na pessoa da Dra. Dulce Rocha.

Dizer que me sinto francamente em casa. Muito obrigada por me fazerem sentir parte da família, desta família de apaixonados pelas crianças e que as colocam no centro.

Uma palavra especial ao Juiz Armando Leandro aqui presente, naturalmente, a inspiração para todos nós, deste sistema de promoção e proteção que queremos cada dia melhorar mais.

Por isso, é tão importante momentos como este, de reflexão, que nos ajudam a olhar para esta realidade do acolhimento familiar tão necessária, tão importante e que tanto já foi aqui falado, mas perceber o que é que podemos fazer para ser uma realidade para todas as crianças que precisam de uma família. Porque todas as crianças têm Direito a uma família, seja ela biológica ou do coração.

Os estudos indicam que o acolhimento familiar é a melhor solução para as crianças que precisam de medidas de colocação, mas ainda temos de dar passos para que seja uma realidade para todas as crianças, em concreto, para as crianças dos zero aos seis anos como a lei prevê, para que a solução seja uma família de acolhimento.

Nem todas as famílias são protetoras, nem todas as famílias têm essa capacidade e, pensando no superior interesse da Criança, se a família biológica não tem essas condições e depois de todo o acompanhamento e trabalho não é o local onde a criança pode ter o seu desenvolvimento integral e o seu bem-estar garantido, então outra solução se tem de se procurar e as famílias de acolhimento são a solução.

Para isso tem vindo a ser feito um enorme investimento. Os parabéns à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, mas também à Mundos de Vida, que têm sido pioneiras. Estando em Lisboa, não poderíamos deixar de falar na Santa Casa, porque o trabalho é de excelência. Na pessoa da Sra. Provedora, cumprimento todos e todas os que têm feito a diferença na vida das crianças na cidade de Lisboa e arredores.

Dizer que, de facto, precisamos de mais famílias de acolhimento, precisamos de uma grande campanha, que já está a existir, de sensibilização para as famílias, com formação, com acompanhamento, com monitorização e que garanta, sempre, que o superior interesse das Crianças está no centro.

É isso que nos move, é isso que faz com que queiramos mudar a sua realidade para melhor. Se é para pior, mais vale deixá-las estar onde estão, porque ainda assim já sabem, já vão encontrando, com muita dor, algumas estratégias de sobrevivência, do que estarem constantemente a mudar, como dizia a Dra. Dulce Rocha, e a tentarmos encontrar soluções que não são as soluções para a vida.

As famílias de acolhimento têm, e fica aqui o desafio, uma enorme oportunidade de poderem fazer a diferença na vida das crianças e, sem dúvida, que é um desafio muito grande. Eu já falei nisto muitas vezes e está aqui a Prof.^a Isabel Pastor, que já me ouviu tanto em reuniões que tivemos na Santa Casa, mas acho que para ser família de acolhimento é preciso querer ser tio ou tia. Não tem de ser necessariamente mãe ou pai, porque a família de acolhimento está no tempo em que é preciso, com

⁴ Texto da comunicação com base na gravação em vídeo.

toda a generosidade, mas será provisório e, por isso, tem de ter todo o afeto, todas as capacidades para fazer mesmo a diferença na vida daquela criança, mas será temporariamente. Há uma discussão grande de poder ou não vir a ser família de adoção. Neste momento, ainda não é assim tão linear, mas tem de ter essa capacidade, esta elasticidade no coração de esticar e encolher.

Eu tive a oportunidade, pessoalmente, de ter sido família durante muito pouco tempo. Não se pode considerar acolhimento, mas acolhi uma criança estrangeira, uma criança ucraniana, duas vezes no verão durante três semanas, vinda da zona de guerra, ainda antes desta fase da guerra, em 2015 e 2016. De facto, é essa sensação de esticar o coração, de querermos muito ficar com ela para sempre, mas temos de a devolver e é possível. Ainda hoje falamos. Ela no ano passado veio com a mãe e com o irmão, para minha casa e estiverem três meses comigo. Voltaram para a Ucrânia, mas falamos quase todas as semanas e ficamos para sempre com esta ligação e é maravilhoso.

É difícil, é. Mas é maravilhoso, é transformador para quem acolhe, é transformador para quem é acolhido e podemos ficar com relações e laços para sempre. Portanto, este é um mito que se constrói na nossa comunidade, sendo nós um povo latino, com uma enorme vontade de criar o "para sempre" e nem sempre conseguir ser família de acolhimento, porque as minhas amigas todas diziam *"eu não seria capaz, porque depois não devolvia, como é que eu depois vou ter de entregar?"*. Não, é possível.

É possível, é fantástico, é uma experiência maravilhosa, muito desafiante, mas quem é mãe e pai sabe que os desafios são constantes todos os dias. Mesmo tendo o mesmo registo com cada filho é um enorme desafio. E quem é tio e tia e adulto que conhece crianças sabe que educar crianças é o maior desafio da vida, mas que também é o desafio mais gratificante das nossas vidas.

Por isso, para termos mais famílias de acolhimento, é necessária uma campanha muito grande, uma formação muito aprofundada, um conhecimento da realidade, um acompanhamento de perto, uma avaliação do que se vai fazendo, sempre com o foco nas crianças.

A Sra. Provedora falou de um aspeto muito importante: cuidar de quem cuida, cuidar dos cuidadores. Estarmos atentos para que os próprios cuidadores possam ajudar-se a si mesmos para poderem ajudar os outros é, também, muito importante.

Por isso, eu diria que os ingredientes essenciais para ser uma boa família (biológica ou de acolhimento) ou para falarmos de parentalidade positiva ou parentalidade consciente são, naturalmente, o afeto, o respeito, a compreensão, o crescimento mútuo, o acompanhamento, a celebração das vitórias e a ultrapassagem das dificuldades, os limites e a organização, o amor profundo e o humor.

Eu acho que são os ingredientes para uma família feliz, que reconhece que cada dia tem de fazer melhor, que não é superfamília, porque não há superfamílias, que não é perfeita, mas que acredita ser possível ir melhorando e fá-lo em conjunto com as crianças, com a sua participação, de modo a cumprirmos um dos seus Direitos fundamentais – o do Direito à participação em todas as matérias que lhes dizem respeito.

É importante a participação das crianças e dar-lhes feedback quando não se faz o que elas querem, por exemplo, que não pode ser sempre todos os dias hambúrgueres ou isto ou aquilo, mas explicar o porquê, para que elas percebam que participam das decisões, mas que nem sempre pode ser, porque as queremos proteger e queremos que cresçam saudáveis. Isto fará, certamente, das famílias um lugar melhor.

Qualquer tipo de família, não interessa quem é a família ou a sua composição, interessa que estes ingredientes estejam lá dentro e a família será, certamente, feliz.

Falando de estatísticas, realmente Portugal é um dos países do mundo, da Europa em concreto, reconhecido como o que menos resposta tem ao nível do acolhimento familiar. Mas chamo à atenção que há uma contagem estatística diferente da nossa e, por isso, ficamos bastante abaixo da maior parte dos países. Não estou a querer desculpar, mas a verdade é que, na maior parte dos países, as medidas de apoio junto de outro familiar são contabilizadas como medidas de acolhimento familiar, o que altera os resultados estatísticos.

Nós, como sabem, nas medidas de promoção e proteção temos dois grandes grupos: em meio natural de vida e de colocação. Nas medidas de colocação temos o acolhimento residencial e o familiar. Noutros países, dentro do acolhimento familiar, colocam a medida de apoio junto de outro familiar que, no nosso caso, está no meio natural de vida. Por isso, as estatísticas são diferentes e dão-nos um lugar mais longínquo daquilo que se quer alcançar. Não é desculpa e temos muito que fazer para poder aumentar o número de famílias de acolhimento.

Creio que o ano de 2023 pode ser um ano farol. Pelo menos no dia 1 de junho, houve por parte do Governo um compromisso de avançar em larga escala para a desinstitucionalização das crianças em recolhimento residencial, mas também para o reforço das famílias de acolhimento e acredito que vai ser possível fazermos a diferença.

Há mesmo um grupo constituído no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a que chamamos o "grupo da desinstitucionalização", do qual fazem parte a Santa Casa, o ISS, a Casa Pia, a Garantia para a Infância e a Comissão Nacional, onde tentamos operacionalizar este desejo de termos cada vez menos crianças em acolhimento residencial, mais crianças junto das famílias biológicas, porque foram acompanhadas e apoiadas e conseguiram reunir condições para construírem a sua família em segurança e garantirem o bem-estar da criança, e mais famílias de acolhimento, para quando não é possível garantir a permanência nas famílias biológicas.

Queria, por isso, agradecer o facto de ter estado aqui e desejar um ótimo dia de trabalho.

Agradecer e saudar aqueles que todos os dias têm feito a diferença na vida de milhares de crianças.

Felicitar o IAC por esta iniciativa, mas também por este ano especial dos seus 40 Anos, de tanto trabalho. Tem sido essa luz, esse despertador que nos faz acordar e que não nos deixa dormir para os Direitos das Crianças e ainda bem que assim é.

Desejar a todas e a todos um ótimo dia de trabalho, um ótimo dia de reflexão, que daqui possam sair muitas e boas ideias para melhorarmos o nosso sistema de promoção e proteção das crianças e garantir que todas as crianças têm o mesmo Direito a uma família, seja do coração, seja biológica.

Muito obrigada, a todos e a todas.

4. ACOLHIMENTO FAMILIAR EM PORTUGAL NO SÉC. XXI

4. ACOLHIMENTO FAMILIAR EM PORTUGAL NO SÉC. XXI

4.1. Rui Godinho | Diretor da Direção de Infância, Juventude e Família da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa⁵

Bom dia a todos.

Queria começar por agradecer ao IAC este convite, porque no ano em que faz 40 anos, a importância das organizações da proteção das crianças é fundamental. Na pessoa da Dra. Dulce Rocha e da Doutora Fernanda Salvaterra que está a moderar a mesa e a coordenar este seminário, o meu agradecimento.

Porque as organizações são fundamentais e eu tenho orgulho em pertencer a uma organização que, como costumo dizer, é provavelmente a instituição mais antiga do mundo a acolher crianças. A Santa Casa da Misericórdia faz 526 anos no próximo mês e na génese da sua criação estava, exatamente, a proteção das crianças e sempre esteve no seu DNA. A proteção das crianças e o seu acolhimento é uma prioridade absoluta e uma responsabilidade clara.

Por outro lado, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nos últimos anos, do ponto de vista legislativo e através de protocolos, assumiu responsabilidades muito para além daquilo que era a sua prática e que se circunscrevia à cidade de Lisboa. Neste momento, nas múltiplas dimensões é a entidade gestora do sistema, ou seja, não tem apenas responsabilidade sobre as crianças que estão à sua guarda, mas sobre o sistema no global, o que também é uma responsabilidade muito acrescida. Nomeadamente, no acolhimento familiar em que tem um duplo papel: é entidade gestora do sistema e é instituição de enquadramento.

Vou tentar ser telegráfico, porque queria falar sobre muitas coisas e temos pouco tempo. Depois de ouvir estas intervenções, fiquei logo com mil questões que achava que era importante falar.

Para já, dizer qual é a nossa realidade. Nós começámos em 2019 e à data de hoje temos 128 crianças que estão ou estiveram em acolhimento familiar e temos 85 famílias certificadas. Estamos a contar em novembro fazer uma nova campanha de angariação de famílias. Estas campanhas são anuais, mas a ideia é fazer uma campanha permanente, porque a angariação das famílias é uma questão central.

Nós estivemos, há poucos meses, com o Jesus Palacios, na Andaluzia, a conhecer instituições de enquadramento e a tentar perceber, na prática, como é que eles ultrapassam as dificuldades. Uma coisa que aprendemos foi que fazer uma campanha de promoção tem uma validade muito limitada ou tem um efeito muito limitado. O que é importante é ter uma campanha permanente.

E é isso que estamos a organizar, de modo a termos um programa de campanha permanente e que passa pelas grandes difusões, como a televisão e os spots, mas também pelo porta a porta, ou seja, nos centros comunitários, nas associações de famílias, dando a cara numa relação, porque a questão do acolhimento familiar resulta também de uma capacidade empática, de as pessoas se sentirem ligadas e, portanto, isso consegue-se muito mais no face-a-face do que de outra forma.

Neste momento, com a responsabilidade que temos na área metropolitana de Lisboa, estamos com uma parceria estratégica com as várias câmaras municipais e a ideia é que, independentemente da

⁵ Texto da comunicação com base na gravação em vídeo.

campanha global da Santa Casa, os próprios municípios em parceria connosco desenvolvam nos seus centros comunitários e nos seus territórios essas campanhas.

Outra questão tem que ver com aquilo que é a importância do acolhimento familiar. Eu acho que nós, em 2023, não podemos estar a discutir se o acolhimento familiar é bom ou mau. Nós temos evidência científica de há muitos anos. Há 50, 60 anos que é absolutamente consensual que o acolhimento familiar é claramente preferencial para uma criança e, portanto, não podemos gastar energia e tempo para discutir isto.

No âmbito do Prochild Colab, na semana passada, e em parceria com o ISCTE e com a Santa Casa, organizamos um encontro com o Prof. Charles Zeanah, que foi uma das pessoas que esteve responsável pelos processos de desinstitucionalização no leste da Europa, nomeadamente, na Roménia, e que tem estudos científicos altamente apurados, que duraram anos e com amostras brutais (e isto é apenas um exemplo entre muitos outros estudos), que demonstram que é absolutamente inequívoca a vantagem do acolhimento familiar. Portanto, este não pode ser um tema.

Por outro lado, o acolhimento familiar não pode ser diabolizado, mas tem de ser enquadrado. Qual é o contexto das coisas? A realidade do sistema de promoção e proteção alterou-se muitos nos últimos 20 e tal anos.

Eu lembro-me quando começámos com a lei de promoção e proteção, cerca de 90% dos casos com que lidávamos aqui na área de Lisboa, e penso que no resto do país fosse similar, era quase uma interseção entre a carência económica e o sistema de promoção e proteção. Havia muitas situações de crianças que não podiam ir à escola, crianças que andavam no inverno com roupas de verão... Essas situações, hoje, não são as dominantes do sistema de promoção e proteção. Continuam a existir, mas nós temos novas realidades, todas problemáticas e não podemos ter um "único remédio para doenças tão diferentes".

Só para terem ideia, na área de Lisboa, e varia porque se formos a Vila Franca, a Maфра ou a Cascais pode ser diferente, neste momento temos entre 30% a 40% das medidas motivadas por situações de violência doméstica. Cerca de 10% a 20% varia em função de onde há mais poder económico, porque o conflito parental não é que não exista noutros territórios, mas é evidenciado através das participações em tribunal, que implicam advogado e, portanto, implica recursos financeiros. Nos sítios onde há mais recursos financeiros, há mais litigância e há mais evidência do conflito parental. Mas estas duas realidades, há 20 anos, não é que não existissem, mas eram residuais. Neste momento são absolutamente dominantes e capturaram o sistema de promoção e proteção.

Como outras coisas, por exemplo, dos jovens em relação aos quais os pais perderam a capacidade de os educar e que chegam a uma altura em que desistem. Estamos a falar de jovens com esta onnipotência e sem limites e que são casos na ordem dos 12% a 15%. Ou seja, a realidade das necessidades alterou-se substancialmente do que era há 20 anos e nós temos de adaptar as respostas a essas necessidades que são completamente distintas.

Por exemplo, a questão das migrações. Eu trabalhei durante 15 anos numa casa de acolhimento. De vez em quando tínhamos um migrante, vinha um marroquino ou vinha um croata. Hoje em dia, na área de Lisboa, cerca de 40% das situações que nós temos são situações de migrações. Nós temos, só na nossa Direção de jovens, à nossa responsabilidade, 48 nacionalidades diferentes. O que traz problemáticas completamente distintas e, portanto, o sistema tem de se adaptar a isto.

E o acolhimento familiar é, claramente, uma medida fundamental, mas tem de ser enquadrada, e assim

como o acolhimento residencial que não é solução para todos os problemas, o acolhimento familiar também não o é.

Sobretudo nos jovens e nos adolescentes, não quer dizer que não haja situações em acolhimento familiar, mas neste momento 30% das crianças que temos à nossa responsabilidade em acolhimento familiar têm mais de oito, nove, 10 anos, temos com 13, com 14, não são muitas, mas é um número significativo e desmistifica aquela ideia de que são só crianças mais pequeninas. Agora, sabemos que para jovens com problemas muito mais complexos, o acolhimento familiar não é a solução e temos de ter outro tipo de respostas.

E temos apostado muito na autonomia de vida. Não vou desenvolver este tema, porque não é o tema de hoje, mas à data de 1 de novembro de 2022, tínhamos 300 jovens em medidas de autonomia. Para terem ideia, a Santa Casa de Misericórdia Lisboa, a 1 de novembro tinha 85 crianças em acolhimento familiar, 232 crianças em acolhimento residencial e 300 em autonomia, ou seja, apenas 40% das crianças à nossa guarda estavam institucionalizadas. A desinstitucionalização que se pretende fazer, a Misericórdia nesta altura já tinha feito 60%, porquê? Porque temos respostas alternativas e customizadas às necessidades das crianças. Por exemplo, temos seis tipologias de autonomia diferentes, umas mais protegidas, umas mais de supervisão.

Indo para o acolhimento familiar, esta é uma medida muito exigente. É claro que é a melhor solução, mas não é uma coisa natural, não é *"plug and play"* ("ligar e usar"). O acolhimento familiar é muito desafiante, quer para as famílias, quer para os profissionais.

Como eu costumo dizer, o acolhimento familiar é uma pedrada no charco, porque todo o sistema fica em causa. O mais fácil é avaliar bem uma família e garantir que a criança esteja bem nessa família selecionada. O difícil é fazer com que ela volte para a família de origem, pois isto implica uma organização de todo o sistema e não apenas do acolhimento familiar.

Por isso, a Santa Casa, desde a primeira hora, juntou-se ao Prochild, somos associados, faço parte da Direção do Prochild e sou responsável pela área da proteção. Desenvolvemos aquilo que chamamos de MIAF, o Modelo Integrado do Acolhimento Familiar. Isto implica não apenas o acolhimento das crianças, mas a intervenção de todo o sistema. O gestor de processo, seja da CPCJ, da Segurança Social ou da EMAT, é o "arquiteto" da medida. Ora, se nós estamos apenas a pensar no que irá fazer o "empreiteiro", mas não pensamos no que faz o "arquiteto", então não vai funcionar. Portanto, a qualificação das assessorias é central para que a medida seja bem-sucedida.

Uma outra questão fundamental é que nós, Santa Casa, em qualquer território onde já estamos integrados acolhemos a criança, mas onde não estamos só aceitamos mediante a condição de quem propõe o acolhimento garantir que há contexto para fazer a supervisão dos convívios com a família de origem e que há uma equipa que vai trabalhar a família de origem. Ou seja, implementar o acolhimento familiar sem pensarmos numa estrutura de respostas especializadas de CAFAP's que garantam os pontos de encontro familiar e a qualificação das famílias, é fazer com que o acolhimento familiar seja uma espécie de adoção *ad hoc*, porque a criança vai para a família de acolhimento, está a ser bem tratada, mas não há ninguém a garantir os convívios com a família de origem e a qualificar essa família de origem para o regresso da criança. Ora, isso é um risco enorme.

Portanto, estes segmentos são tão importantes, o gestor de processo, o CAFAP... é algo sistémico e não se pode olhar para isto como se fosse uma coisa boa, a criança está melhor, porque está acolhida, mas isto não chega e pode ser crítico. Aliás, o Prof. Charles Zeanah falou em três fatores críticos para a

implementação do acolhimento familiar: 1) ser muito depressa e não dar tempo de maturar o sistema e se organizar; 2) ser *"top-bottom"*, ou seja, ser a academia e a ciência a trazerem o modelo e a dizerem o que tem de ser aplicado, mas sem a noção da prática e da realidade; 3) ser *"bottom-top"*, que é um modelo que é apenas empírico e não incorpora as evidências e o conhecimento científico.

Ora, o que o Prochild faz é, exatamente, essa relação entre a prática e a ciência e no MIAF estão envolvidas a Universidade do Minho, do Porto, de Lisboa, a Católica e o ISCTE, ou seja, temos vários investigadores, de várias áreas, porque existem vários sub-assuntos.

Por exemplo, como é que se prepara uma criança que está no acolhimento familiar para ir para adoção? É altamente complexo, porque temos uma família que, se calhar, teve com o bebé durante um ano, um ano e meio, está absolutamente ligada e o bebé também. Como é que se prepara esta família para ter a capacidade para garantir uma transição segura?

Como é que se prepara a família de adoção, que está há sete anos à espera de ter um bebé e de repente tem uma criança que chama mãe à outra família? Como é que ela gere isto?

Como é que os próprios profissionais gerem isto?

É difícil e não pode ficar no bom senso de cada um. Temos de ter protocolos de intervenção, com base em evidência científica, que garantam a coerência da intervenção. É isto que estamos a construir no MIAF. Como eu costumo dizer, estamos a terminar a versão 1.0 e o que nós temos feito é aplicar, testar, incorporar a aprendizagem da prática e todos os anos fazemos uma atualização, incorporando as melhorias que resultam da prática.

Algumas coisas que já aqui foram faladas e que eu gostava de pontuar: uma delas que está na ordem do dia, que é a questão de as famílias de acolhimento não poderem adotar. Isto não tem de ser um tabu e é uma questão desde a primeira hora. Nós quando fizemos a proposta que veio a ser o decreto-lei, não colocamos essa questão, nem a questão das famílias com laços de sangue. O que nós afirmamos é que não devíamos dizer que o acolhimento familiar devia promover a adoção, nem que as famílias de sangue podiam ser famílias de acolhimento, mas que também não se devia restringir isso, ou seja, não é uma questão. Se a família de acolhimento tem perfil, acolhe. Se o melhor interesse da criança for ser adotado por aquela família, adota.

A preocupação do legislador foi ter uma visão prática mais defensiva. Nós temos um problema na adoção e tem de ser falado, tem de ser olhado de frente. Nós temos uma ideia ainda muito errada da adoção, de que esta é uma forma de encontrar um filho para os casais e não encontrar uma família para a criança. Por isso é que temos quase 100 profissionais todo o ano a avaliar famílias, no país inteiro, avaliações absolutamente estéreis, porque essas famílias nunca vão adotar, pois não há crianças para adotar. Portanto, o medo foi que essas famílias fossem para o acolhimento familiar e, motivadas para a adoção, pudessem de alguma forma boicotar voluntariamente ou involuntariamente o regresso à família biológica daquelas crianças cujo melhor interesse é a reunificação familiar.

Na minha opinião isso resolve-se pela formação e pela qualidade técnica. Não pode ser com medo, ou seja, porque é natural, ninguém compreende que uma criança está três anos numa família, está lá bem e vá para outra família que não tem relação, ninguém compreende isto. Agora, não podemos por ter medo de uma ineficiência do sistema, por uma questão de aplicação prática do sistema, estar a contrariar aquilo que é o melhor interesse da criança. O que temos de garantir é que o sistema tem essa qualidade e, portanto, esse é o nosso entendimento. Acho que isso vai ser uma evolução natural, como com as

famílias com laços de sangue.

A Rosário há pouco estava a dizer uma coisa que é o discurso que agora se tem pegado, de que as medidas de apoio junto de familiares é acolhimento familiar. Isto é uma questão de gestão política, mas não são. As famílias de acolhimento com laços de sangue, como por exemplo em Espanha, são as famílias extensas e há em todos os países do mundo onde há acolhimento familiar, não só há como são a maioria das famílias, em Espanha são cerca de 60% a 65% das famílias que têm laços de sangue.

Em Portugal, ficaram de fora da legislação. O que cria aqui um problema, este argumento que as medidas de apoio junto de outro familiar é o acolhimento familiar não o é por vários motivos. O primeiro pela questão da temporalidade. As medidas em meio natural de vida só podem ter um ano, quando muito mais seis meses, portanto se acolher uma criança com oito anos aos nove anos e meio não podem continuar a sê-lo. Esta é uma das questões.

Segundo, para ser família de acolhimento é importante uma avaliação de idoneidade da família. Na medida de apoio junto de familiares tem de se perceber se o familiar tem a capacidade para proteger e garantir os melhores interesses da criança. Portanto tem de haver uma avaliação de idoneidade e o acompanhamento tem de ser similar ao acolhimento familiar. Mas nós sabemos que quando são estas medidas, quando estão nos tios ou nos avós, vai-se lá de seis em seis meses e não é a mesma coisa.

Por outro lado, o apoio económico. Nós sabemos que somos um país pobre e mesmo as pessoas que trabalham são pobres. Temos poucas crianças, porque as pessoas não têm dinheiro para ter filhos, esse é um argumento que é dissuasor de ter filhos e, portanto, muito mais difícil é de acomodar outras situações sem os apoios corretos.

Nós estamos num momento de grande viragem. A Misericórdia fez este caminho, foi um tempo de aprendizagem e eu acho que há males que vêm por bem, ou seja, este atraso também teve a vantagem de termos aprendido todos os dias com a experiência. Aliás, todos os dias somos desafiados com novas complexidades.

Há aqui uma questão que tem de ser dita: não é uma coisa absolutamente natural uma família ficar com uma criança, porque estas crianças que têm uma medida de colocação são crianças que tiveram maus-tratos muito significativos. Uma coisa é uma criança que vem diretamente da maternidade, outra é uma criança com 10 anos que viveu num contexto de violência doméstica, diariamente. Uma família de acolhimento acolher uma criança com um perfil destes é muito difícil, assim como nas casas de acolhimento é complicado aqueles miúdos que vêm com perfis mais difíceis.

Portanto, tem de se ter algum cuidado com esta questão, não só na formação e no acompanhamento das famílias, mas também na exigência das capacidades das famílias.

Para terem ideia, nós temos 85 famílias selecionadas, mas temos 80 famílias que não foram selecionadas e para as quais o parecer foi negativo. Geralmente, nós conseguimos trabalhar com a família e a própria consciencializa-se de que não está preparada. Estamos a falar de pessoas que fizeram o processo de seleção ou de famílias que fazem um primeiro acolhimento e ao fim do primeiro acolhimento, dizem que não são capazes de continuar e é legítimo. Portanto, o suporte às famílias tem de ser permanente. Temos de ter 24 horas um telefone para o qual as pessoas possam ligar quando há um problema e que lhes permita esta relação de suporte e de confiança.

Uma das fragilidades que estamos a sentir é, exatamente, o facto de não haver CAFAP's, sobretudo com

protocolos especializados. Nós temos três anos, e ao fim de três anos ainda não se definiu o projeto de vida da criança. A criança está numa família de acolhimento e para ela o seu projeto de vida já está definido, é viver naquela família. Isto cria um problema gravíssimo.

Uma das coisas que temos de ponderar do ponto de vista legal ou político é a sua temporalidade. Nós somos, talvez, o único país ou dos poucos países que conheço, que não tem prazos. Nos outros países há prazos, nós não os temos porque é sempre pelo interesse da criança. Este é um bem inquestionável, mas não tem quantificação e, portanto, fica no abstrato. Muitas vezes, o melhor interesse da criança é o pior interesse da criança, porquê? Porque não há um tempo.

Por exemplo, em Espanha, se a família não se organizou ao fim de dois anos perde o direito a que a criança possa voltar. Nos Estados Unidos estamos a falar de 14 meses. Na Inglaterra estamos a falar 18 meses. O que interessa é a capacidade de potencial de mudança da família para a criança voltar, mas esta mudança tem de ser no tempo da criança, não pode ficar em abstrato. Porque, em abstrato, toda a gente tem potencial.

Como diz Jesus Palacios, por isso é que em Espanha meteram prazos. Porque o que acontecia era que passado um ano vinha o tio, depois passado mais um ano vinha a avó, entretanto a mãe que arranhou um novo namorado e está mais organizada e a criança ficava mais um, dois, quatro anos... e, às tantas, chega a um ponto em que já se perdeu.

Portanto, eu acho que há aqui um conjunto de desafios que têm de ser ponderados e estamos num tempo de absoluta mudança. Neste momento, como a Sra. Ministra disse, estão a criar-se as bases. Como também foi referido, não há um plano absolutamente desenvolvido, mas eu acho que é inevitável. Isto tem de acontecer e tem de se apostar nas instituições, mas não pode ser uma aposta cega, tem de ser uma aposta com rigor e com exigência, porque o maior perigo que nós podemos ter é que aconteça no acolhimento familiar, o que aconteceu no acolhimento residencial, isto é, foi construído na base do empirismo e das crenças individuais de cada um e não pode ser.

Estas áreas de grande complexidade têm de ter uma sustentabilidade científica do conhecimento e, portanto, o acolhimento familiar tem de estar sustentado nesta realidade. Neste momento, temos cerca de 20 instituições de enquadramento que estão a começar a dar os primeiros passos. Aqui na área de Lisboa temos a Fundação O Século, o Movimento ao Serviço da Vida e a Casa Pia de Lisboa que vão abraçar também o acolhimento familiar, para além da Santa Casa.

Mas é fundamental esta questão da formação e a formação não é apenas das famílias de acolhimento, é dos profissionais do acolhimento familiar, dos profissionais das EMAT's, dos gestores de processo da CPCJ, dos CAFAP's, de todos. Porque se só olharmos para uma parte, o resto não vai resultar.

Eu acho que está a acontecer, finalmente, e isto é um desejo de há anos. Eu lembro-me de estar com a Sónia Rodrigues num encontro em Oviedo, onde se fez o estado da arte dos sistemas de promoção e proteção nos países desenvolvidos e, sempre que mostravam os gráficos, nós deixávamo-nos cair na cadeira, porque víamos os 3% no acolhimento familiar em Portugal e ficávamos envergonhadíssimos. Isto já acontece há anos, anos e anos.

Neste momento, felizmente, está a acontecer, mas não basta só acontecer, tem de acontecer com qualidade, com exigência e com rigor. Porque, se não, daqui a uns anos temos de estar a pensar o que podemos fazer para garantir que o acolhimento familiar não seja um problema.

É com esperança que olhamos para a mudança. Isto é muito gratificante para as famílias, mas também é muito exigente e, portanto, nós não podemos ter uma visão apenas romântica da coisa, temos de dar nota dessa exigência, porque há gratificação, mas tem de ser consciente e não pode ser na fantasia.

Obrigado!

4.2. Rui Azevedo | Diretor Técnico do Lar de Infância e Juventude do Centro de Bem Estar Social da Zona Alta – CBESZA⁶

Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens

Centro de Bem Estar Social da Zona Alta
Instituição de Enquadramento

22 de junho de 2023

O Desafio...

Equipa Técnica

- 1 - Coordenador de Equipa | Educador Social
- 1 - Psicóloga Clínica
- 1 - Assistente Social

Âmbito de intervenção 21 Concelhos em Santarém

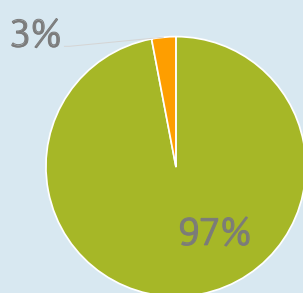
- Abrantes
- Alcanena
- Almeirim
- Alpiarça
- Benavente
- Cartaxo
- Chamusca
- Constância
- Coruche
- Entroncamento
- Ferreira do Zêzere
- Golegã
- Mação
- Rio Maior
- Salvaterra de Magos
- Santarém
- Sardoal
- Tomar
- Torres Novas
- Vila Nova da Barquinha
- Ourém

Acolhimento Familiar CBESZA | "O acolhimento é temporário, o amor é para a vida".

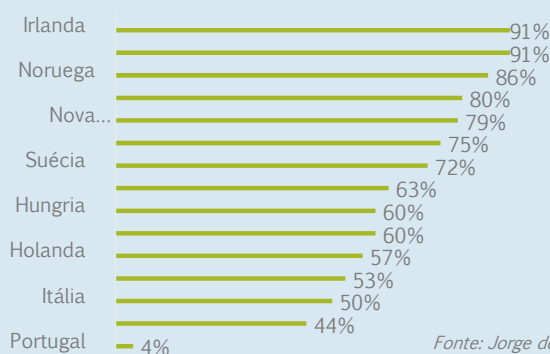
⁶ Texto integral da comunicação, fornecido por Rui Azevedo.

O Desafio...

A medida de Acolhimento Familiar panorama nacional VS. internacional



■ Acolhimento Residencial



Fonte: Jorge del Valle
Universidade de Oviedo

Acolhimento Familiar CBESZA | "O acolhimento é temporário, o amor é para a vida".

Números que são crianças

- ✓ **6369 C/J em Acolhimento**, sendo apenas 224 em Acolhimento Familiar;
- Se considerarmos as idades destas crianças: **0-5 , 812 crianças; 0-9, 1419 crianças;**
- ✓ Porém, em 2020, o crescimento AF foi de 6% e, em 2021, de 11%, **o que corresponde ao maior crescimento dos últimos 15 anos.**
- ✓ Duração do acolhimento (superior a 4 anos): 1734 C/J Acolhimento generalista; 112 C/J Acolhimento familiar.
- ✓ **45% das CAR tem mais de 15 C/J acolhidas** e cerca de 7% tinha mais de 30;
- "Casas de acolhimento de grandes dimensões, com baixos rácios de cuidadores"
- ✓ Em 15 anos, o sistema tem menos 48% de C/J acolhidas (desceu para metade)
(CASA, 2021)

Acolhimento Familiar CBESZA | "O acolhimento é temporário, o amor é para a vida".

Acolhimento familiar – a urgência como...

Medida de promoção dos direitos e proteção da criança ou jovem. Quando é necessária a sua separação da família de origem.

Colocação temporária de criança ou jovem em meio familiar estável, de forma a garantir o afeto, o bem-estar e o seu pleno desenvolvimento.



Pelo tempo de duração da medida decidida por CPCJ/Tribunal.



Permanência da criança na família de acolhimento pelo tempo necessário à concretização do seu projeto de promoção e proteção:

- Regressar à família de origem;
- Ser adotada;
- Ser apadrinhada;
- Outro.

Acolhimento Familiar CBESZA | “O acolhimento é temporário, o amor é para a vida”.

Enquadramento legal da medida

Lei 47/2019, de 8 de julho – 1.^a alteração ao Regime de Execução do AF (aprovado pelo *DL n.º 11/2008, de 17 de janeiro*) e que vem prever:

- Deduções à coleta (criança/jovem é considerado membro do agregado familiar para efeitos de IRS);
- Define direitos laborais das famílias de AF (direito a faltas para assistência à criança ou jovem; a mãe e o pai, trabalhadores envolvidos no processo de AF, de crianças até 1 ano de idade, têm direito a licença parental).

Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro - revoga parcialmente o *Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro*

- Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar
 - disposições gerais;
 - fases do acolhimento familiar;
 - requisitos;
 - direitos e deveres;
 - apoios e incentivos;
 - garantias, fiscalização e avaliação.

Portaria n.º 278-A/2020, de 4 de dezembro

Define os termos, condições e procedimentos do processo de candidatura, seleção, formação e avaliação das famílias de acolhimento, bem como o respetivo reconhecimento.

Acolhimento Familiar CBESZA | “O acolhimento é temporário, o amor é para a vida”.

Instituição de Enquadramento

De acordo com o *artigo 18.º da Portaria n.º 278 - A/2020, de 4 de dezembro*, compete ao **CBESZA**:

- Candidatura, seleção, formação, avaliação e reconhecimento das famílias de acolhimento;
(*n.º 4, do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro*)
- Informar sobre o acolhimento familiar e sensibilizar a comunidade e as famílias para cooperarem;
- Atualização da bolsa de famílias junto da entidade gestora e apoio no processo de identificação da família de acolhimento mais adequada;
- Transferência do apoio pecuniário às famílias de acolhimento;
- Garantir a contratualização do seguro de acidentes pessoais.

Acolhimento Familiar CBESZA | "O acolhimento é temporário, o amor é para a vida".

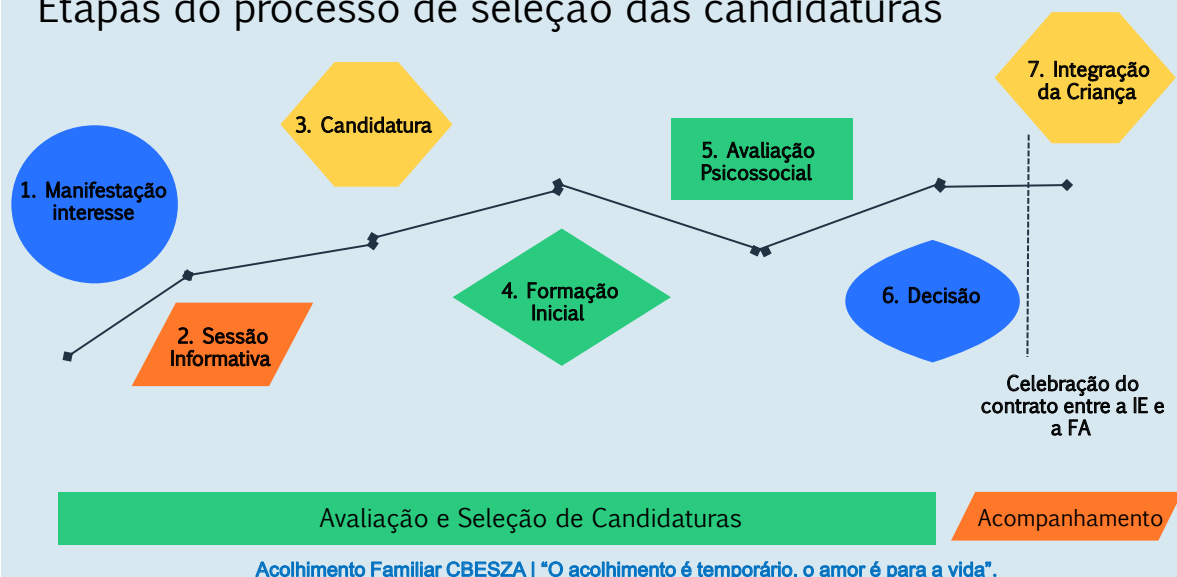
Instituição de Enquadramento

De acordo com o *artigo 18.º da Portaria n.º 278 - A/2020, de 4 de dezembro*, compete ao **CBESZA**:

- Estabelecer as condições necessárias ao exercício do acolhimento familiar, através da formalização do respetivo contrato;
- Apoiar as famílias de acolhimento a providenciar os apoios que a criança ou jovem necessitam, designadamente ao nível da saúde ou educação, e a requerer junto dos serviços competentes de segurança social as prestações de segurança social a que a criança ou jovem tenham direito;
- Acompanhar a gestão do pecúlio e valores pessoais da criança ou jovem efetuada pela família de acolhimento;
- Garantir o apoio e acompanhamento técnico permanente, necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes do acolhimento familiar;

Acolhimento Familiar CBESZA | "O acolhimento é temporário, o amor é para a vida".

Etapas do processo de seleção das candidaturas



1. Manifestação de interesse

- Via correio, e-mail, telefone ou presencial.

2. Sessão informativa (Obrigatória)

- Duração até 2 horas;
- Certificado de presença para formalização da candidatura.

3. Candidatura

- A candidatura formaliza-se através da apresentação de requerimento próprio, disponível no site das EG ou das IE, bem como dos documentos legalmente exigidos.

Acolhimento Familiar CBESZA | "O acolhimento é temporário, o amor é para a vida".

3. Candidatura

(Artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º139/2019, de 16 de setembro)

Pode candidatar-se a responsável pelo acolhimento familiar quem reúna as seguintes condições:

(Verificação prévia dos requisitos)

- Pessoas singulares, casadas ou que vivam em união de facto há mais de dois anos ou ainda, pessoas que pertencem ao mesmo agregado familiar;
- Ter idade superior a 25 anos;
- À data da apresentação da candidatura não pode ser candidato à adoção;
- Ter condições de saúde física e mental;
- Ter uma habitação adequada com condições de higiene e segurança;
- Ter idoneidade para o exercício do acolhimento familiar;
- Não ter sido indiciado, acusado, pronunciado ou condenado por quaisquer tipos de crime;
- Não estar inibido ou limitado do exercício das responsabilidades parentais;
- Quaisquer destas pessoas não podem ter relação de parentesco com a criança ou jovem a acolher.

Acolhimento Familiar CBESZA | “O acolhimento é temporário, o amor é para a vida”.

4. Formação Inicial

(Artigo 14º, Portaria n.º 278-A/2020, de 4 de dezembro)

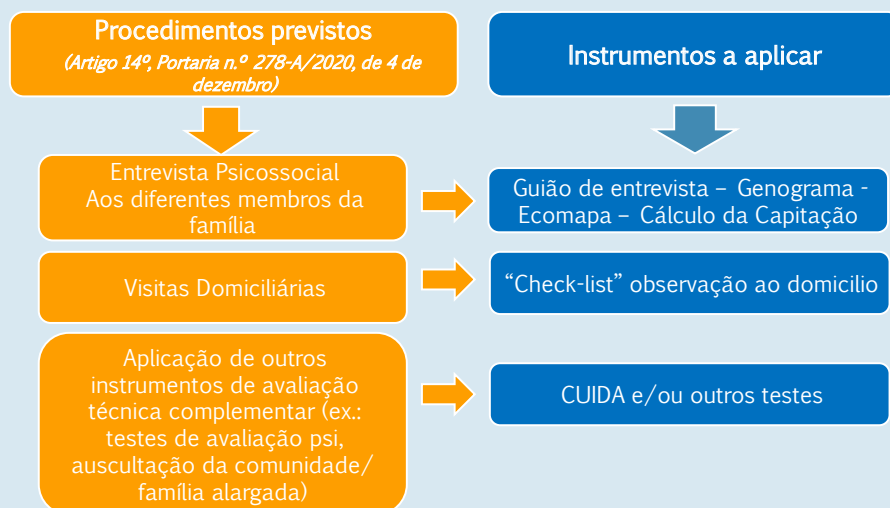
- ☐ Esta formação é dinamizada pela Instituição de Enquadramento devidamente certificada (DGERT);
- ☐ Formato presencial, poderá ser realizada em grupo ou individual (excecionalmente);
- ☐ 20 horas distribuídas por 5 sessões – 1 vez por semana;
- ☐ Após a conclusão da formação é feita a emissão do certificado que é válido por 2 anos.

Módulos da formação:

- Desenvolvimento infantil e vinculação;
- Especificidades das crianças em acolhimento familiar;
- Relação com a família da criança acolhida;
- Etapas e especificidades do acolhimento familiar;
- Impacto do acolhimento familiar nas dinâmicas familiares;
- Temporalidade do acolhimento e a importância da preparação para a transições.

Acolhimento Familiar CBESZA | “O acolhimento é temporário, o amor é para a vida”.

5. Avaliação Psicossocial



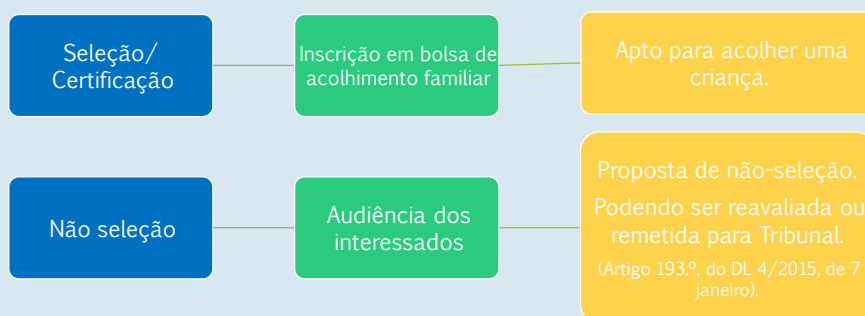
Acolhimento Familiar CBESZA | "O acolhimento é temporário, o amor é para a vida".

Etapas do processo

6. Decisão

(Artigo 5.º, Portaria n.º 278-A/2020, de 4 de dezembro)

- ❑ Momento em que a IE sistematiza toda a informação e toma a decisão sobre a candidatura.
- ❑ Relatório de avaliação da candidatura com emissão de parecer técnico.



Acolhimento Familiar CBESZA | "O acolhimento é temporário, o amor é para a vida".

Certificação da Família de Acolhimento

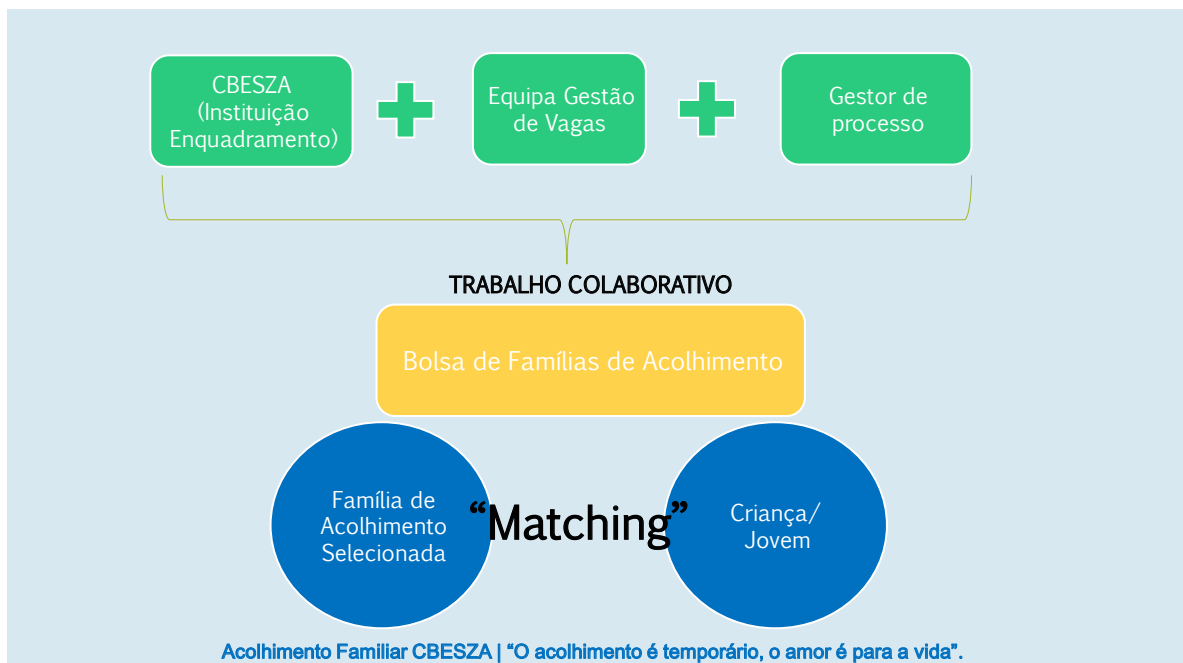
Após decisão de seleção ou de decisão final fundamentada, é emitido pela IE certificado de família de acolhimento, sendo o responsável pelo AF notificado do mesmo.

- Condição necessária para o exercício do AF;
- Válido por 2 anos; (*Artigo 6.º e 7.º, da Portaria n.º 278-A/2020, de 4 de dezembro*).
- Reavaliação para efeitos de revalidação, mediante relatório de avaliação da ET da IE.

Bolsa de Família de Acolhimento – O que é?

- Base de dados do ISS, I.P., contendo todas as famílias que se encontram certificadas;
- Pretende agilizar os processos de identificação da FA mais adequada às necessidades da criança/jovem;
- É da responsabilidade da EGV do ISS, I.P., que trabalha com base na **ficha de perfil**, em articulação com o GC e a IE. (*Decreto-Lei n.º 139/2019, 16 de setembro, Artigo 6º*).

[Acolhimento Familiar CBESZA](#) | “O acolhimento é temporário, o amor é para a vida”.



Contratualização

Celebração de contrato

O representante legal da IE e o responsável pelo AF celebram, em data anterior à da integração, um contrato por cada criança ou jovem acolhido (mesmo no caso de ser fratria).
(artigo 10º, da Portaria n.º 278-A/2020, de 4 de dezembro).

Apoio pecuniário mensal * Valor atualizado anualmente de acordo com o Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

A receber pela Família de Acolhimento e visa assegurar a manutenção e os cuidados a prestar à criança ou jovem, bem como a satisfação das suas necessidades.

O apoio pecuniário é transferido pelo CBESZA (Entidade Enquadradora), à data da celebração do contrato.

O mesmo corresponde a 1,2 vezes o valor do indexante dos apoios sociais (480,43 € IAS 2023), o qual é acrescido de uma majoração de 15%, por cada criança ou jovem acolhido, quando se trate de:

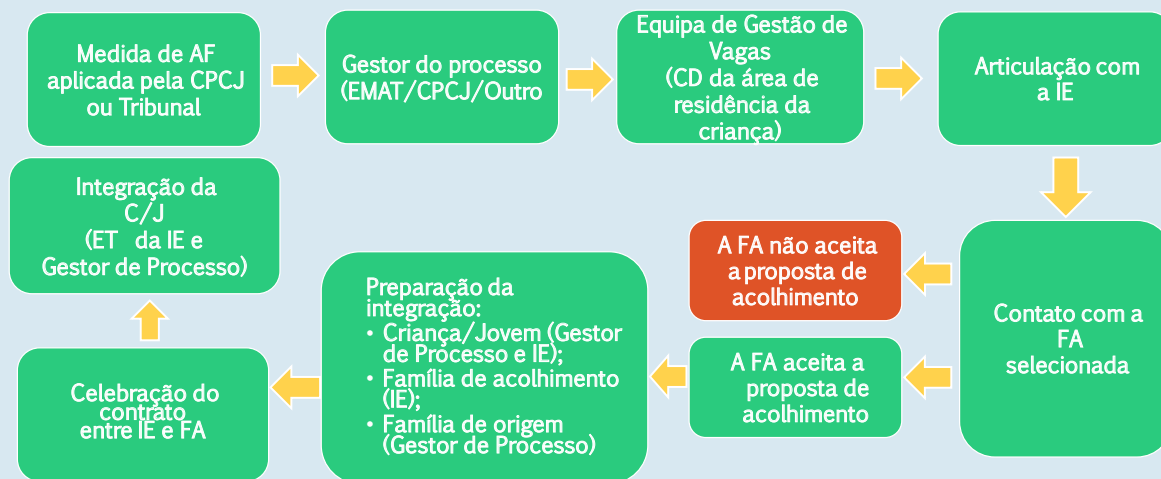
Crianças
até 6 anos de idade:
€663,00

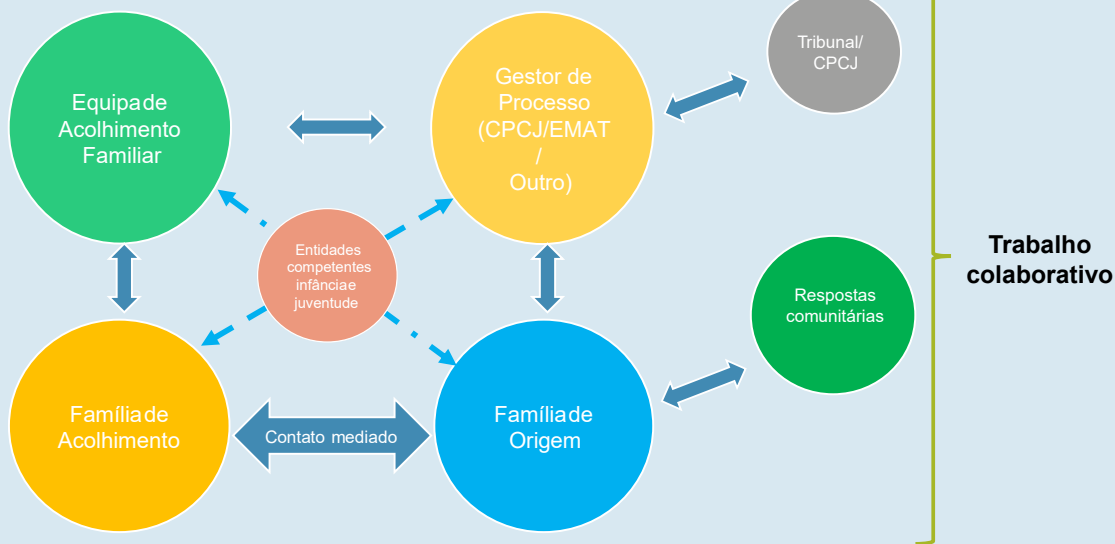
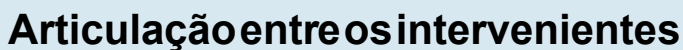
Crianças
+ 6 anos de idade:
€576,52

C/J com deficiência
e/ou de doença
crónica até 6 anos:
€749,48

Acolhimento Familiar CBESZA | "O acolhimento é temporário, o amor é para a vida".

Fluxograma do processo de integração



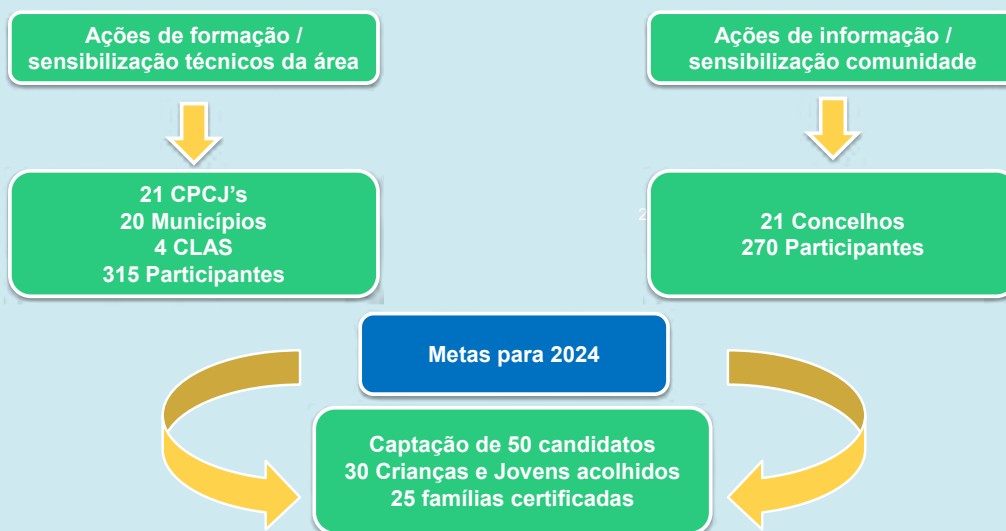


Ações (novembro 2023 - até à presente data)

- ↳ Sensibilização / Contatos com outras entidades comunitárias (áreas da saúde: Centros de Saúdes e Hospitais, Educação: Creche e Jardim de Infância, CPCJS, CLDSS, Municípios, Juntas de Freguesia);
- ↳ Comemoração do dia internacional da família: Realização da I Caminhada em Família: 200 participantes;
- ↳ Mediação de contatos e visitas entre a família de origem e a criança;
- ↳ Acompanhamento, apoio técnico e disponibilidade permanente (24h);
- ↳ Testemunhos da família de acolhimento aos candidatos ao Acolhimento Familiar;
- ↳ Divulgação mupis, outdoors, panfletos, meios de comunicação social, redes sociais, entre outros;
- ↳ Presença/divulgação em vários eventos da comunidade;
- ↳ Estabelecimento de parcerias com empresas;

Acolhimento Familiar CBESZA | “O acolhimento é temporário, o amor é para a vida”.

Os primeiros 7 meses



Acolhimento Familiar CBESZA | "O acolhimento é temporário, o amor é para a vida".

Os primeiros 7 meses

- Manifestações de interesse: 31: 4 ações | 25 participantes
- Candidaturas: 7
- Sessões informativas (manifestantes de interesse): 5
- Formações iniciais 20h (concluídas): 2 ações | 11 formandos
- Avaliações psicossociais: 6 agregados
- Famílias certificadas: 4
- Preparação de acolhimento: 7 crianças
- Integração: 5 crianças

Acolhimento Familiar CBESZA | "O acolhimento é temporário, o amor é para a vida".

Material de divulgação e sensibilização

Material de divulgação e sensibilização

Gratos pela V. presença!

“Acreditamos que podemos mudar o mundo, uma criança de cada vez.”

Falem connosco!

Av. Sá Carneiro, n.º 2, 2350-536, Torres Novas

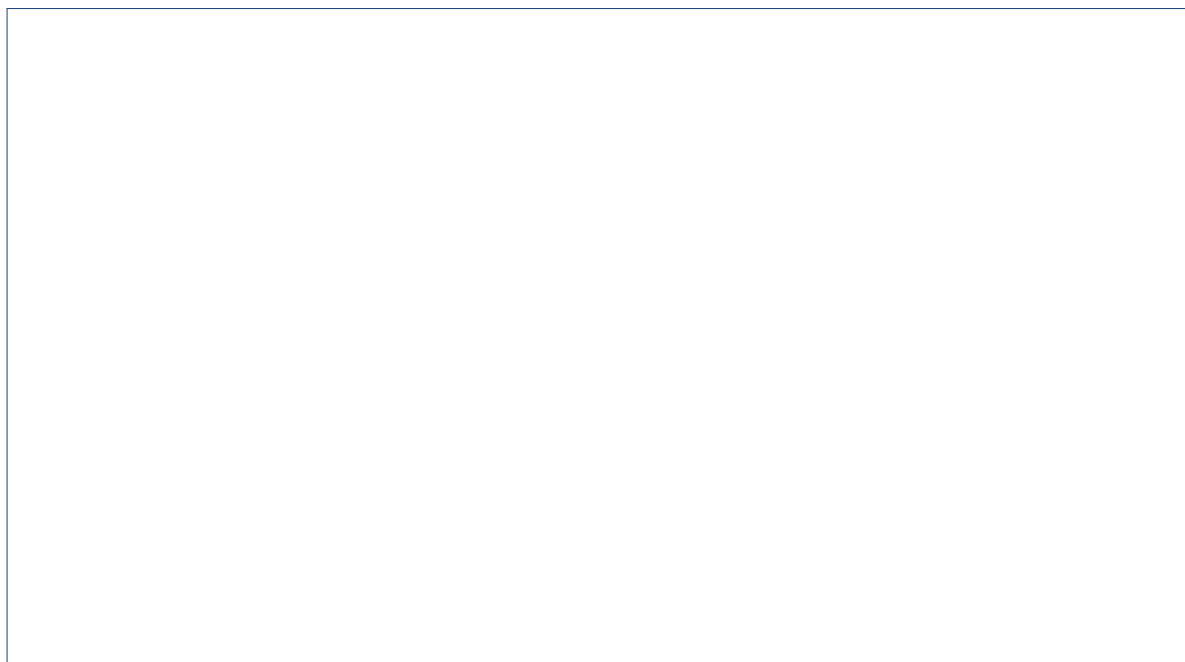
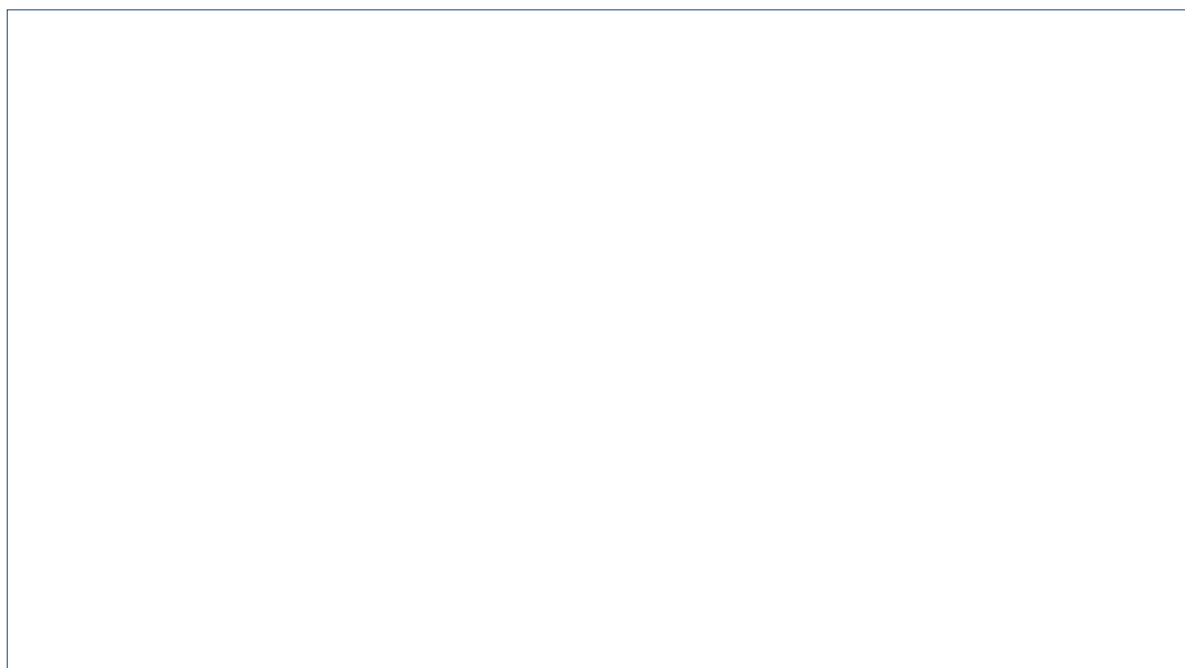
934 189 041 (chamada para a rede móvel nacional)

acolhimentofamiliar.cbesza@gmail.com

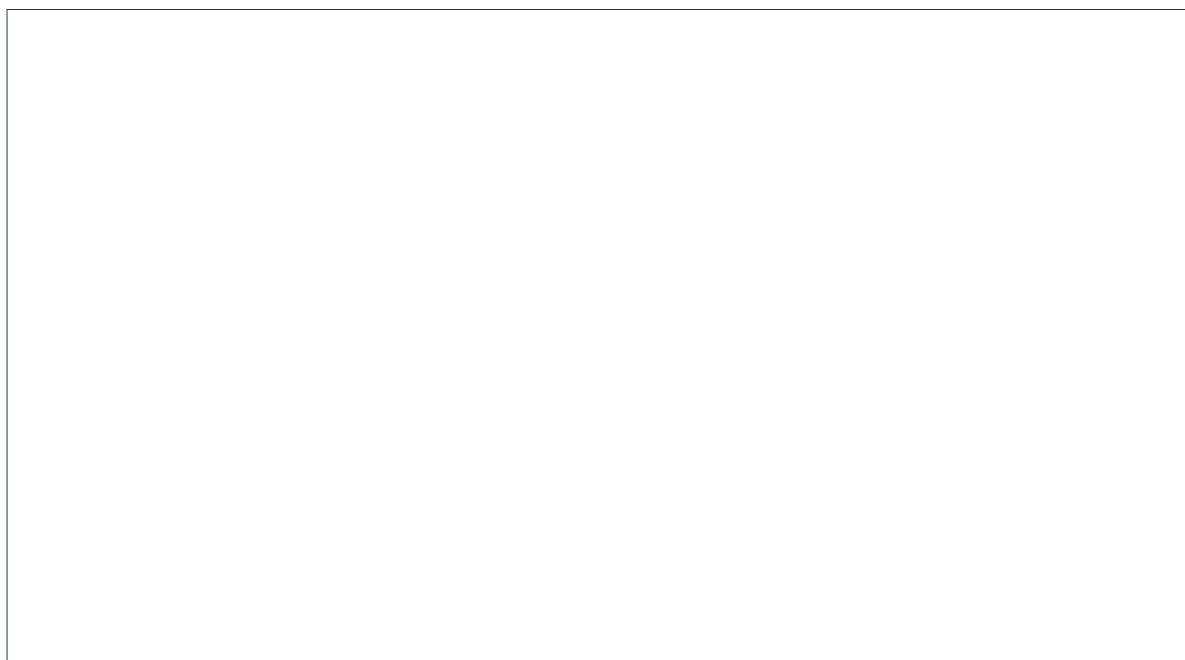
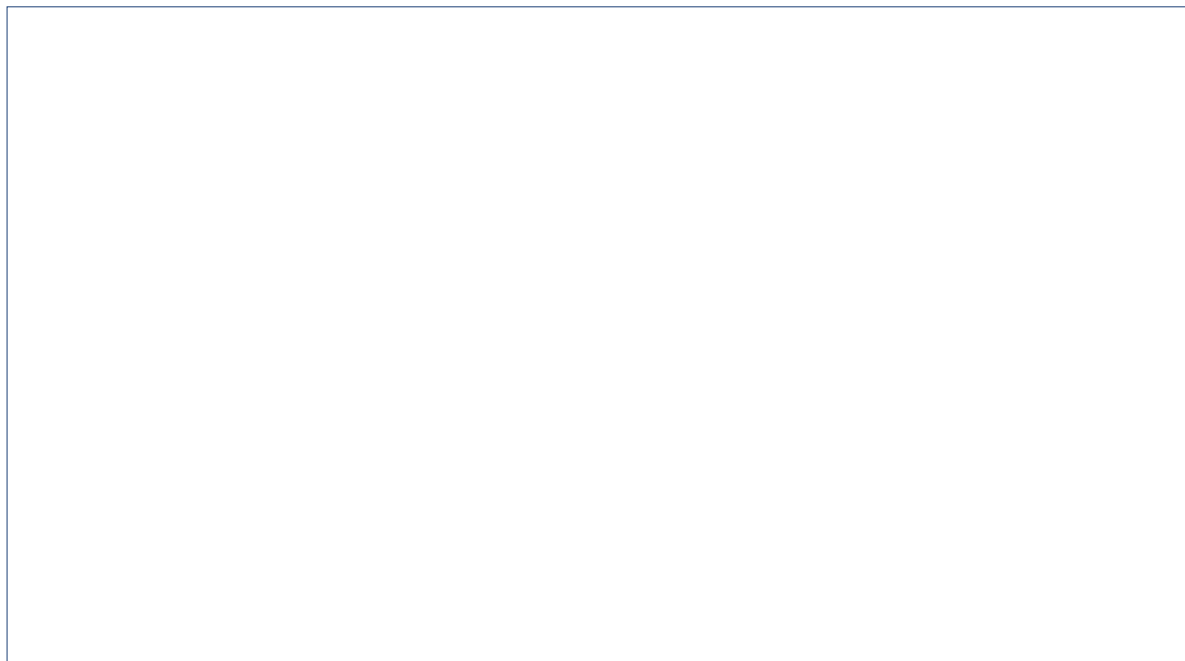


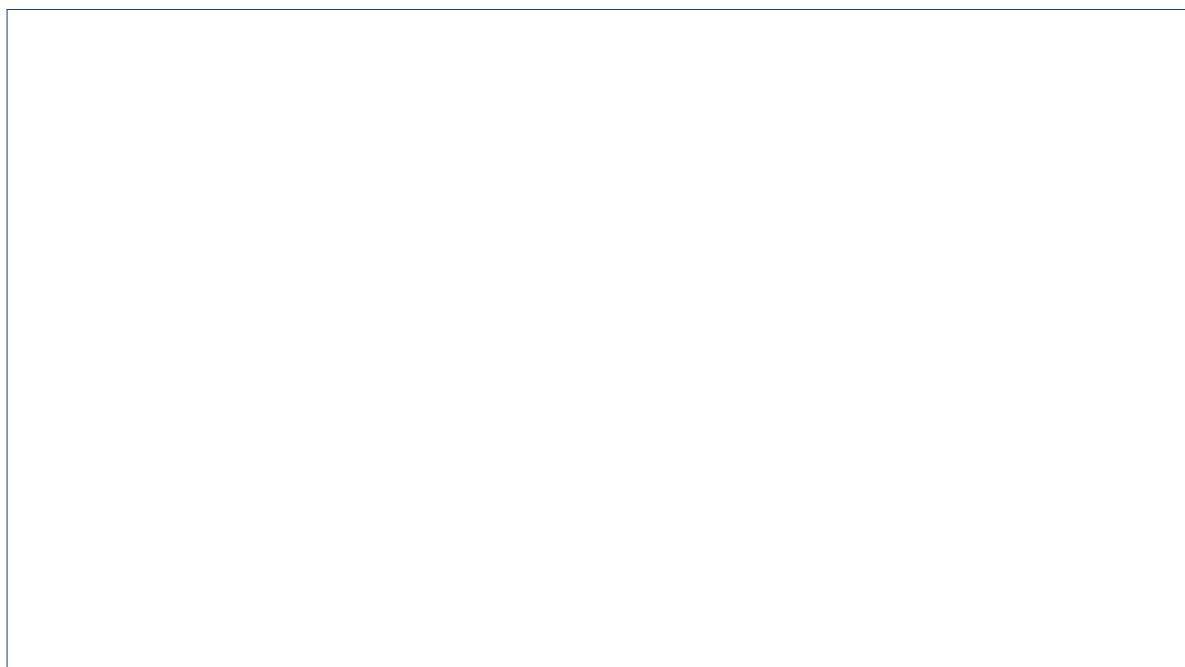
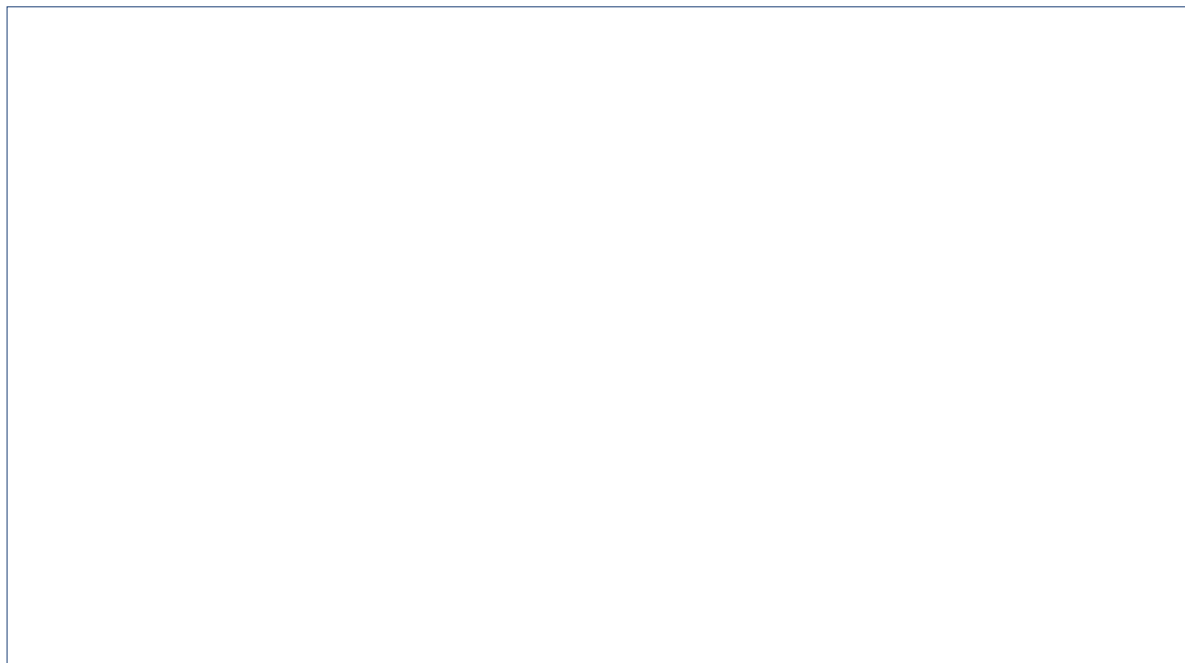
<https://zonaaltasocial.com/>

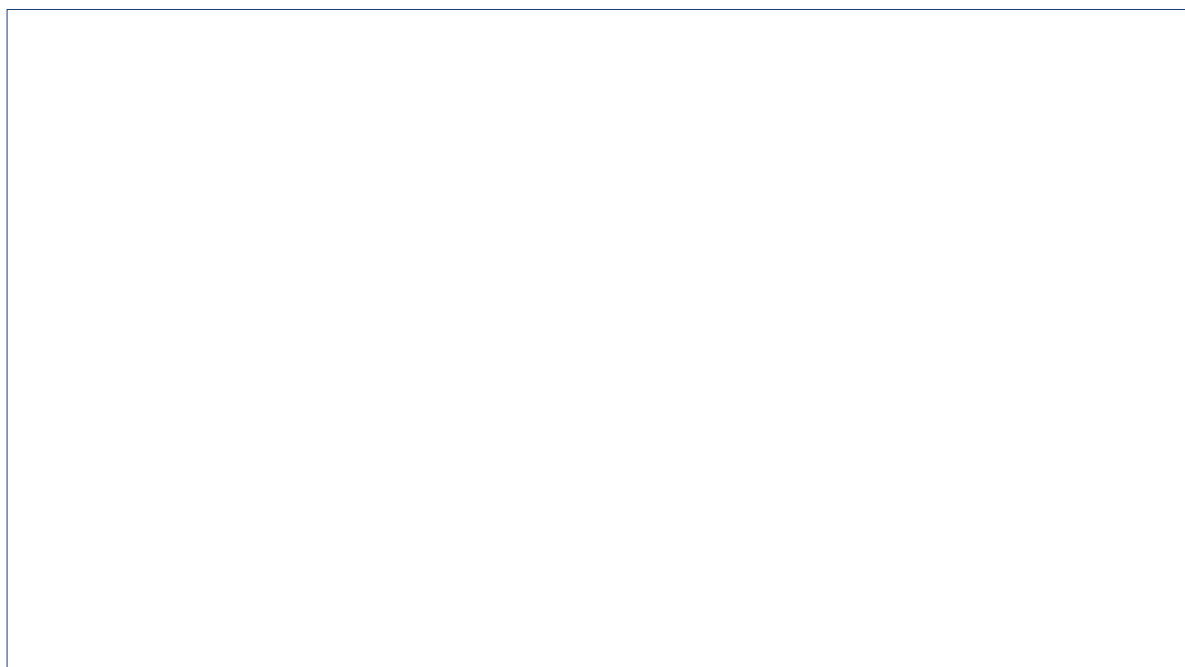
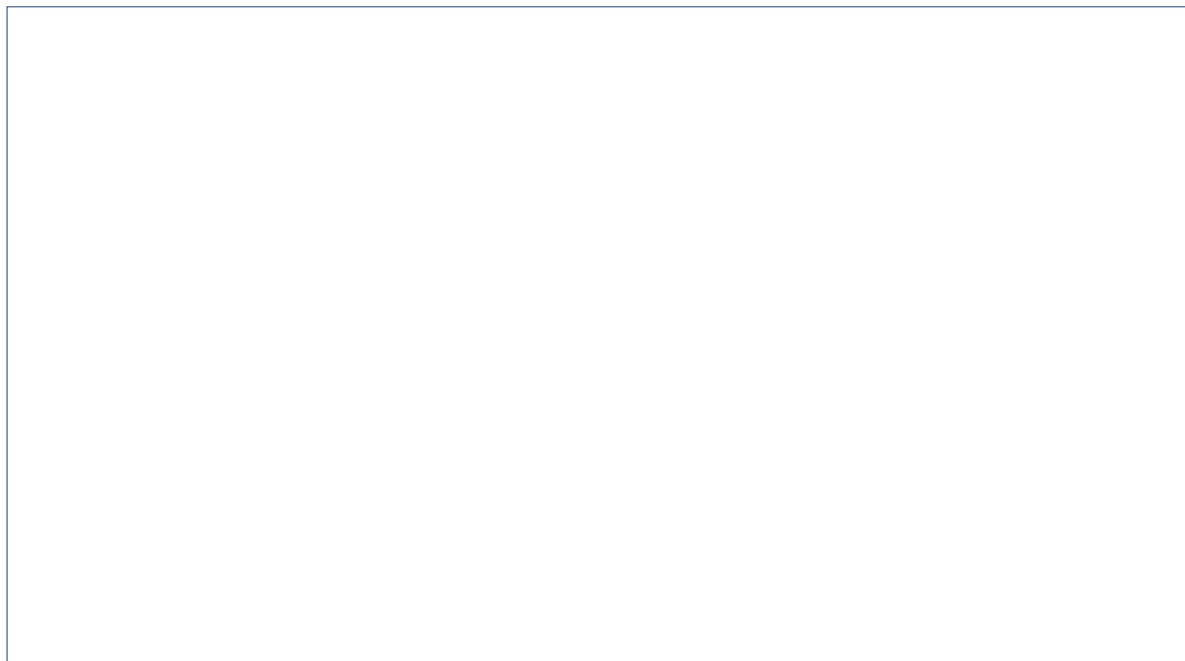
4.3. Eunice Magalhães | Investigadora na área do Acolhimento Familiar do
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa⁷

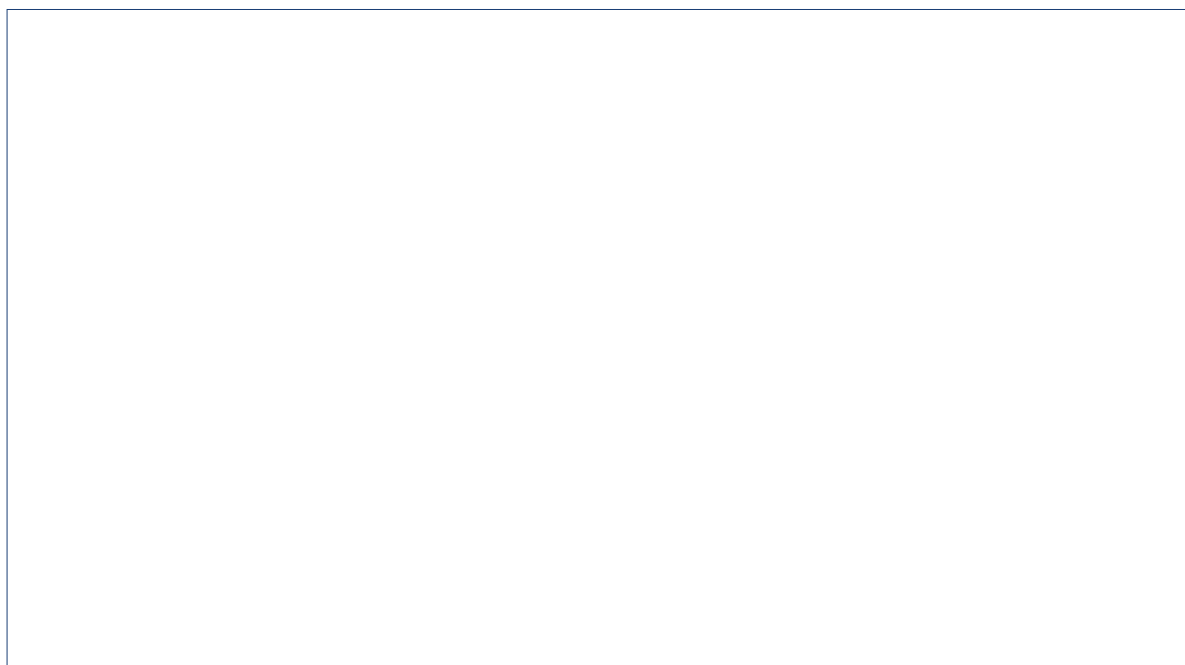
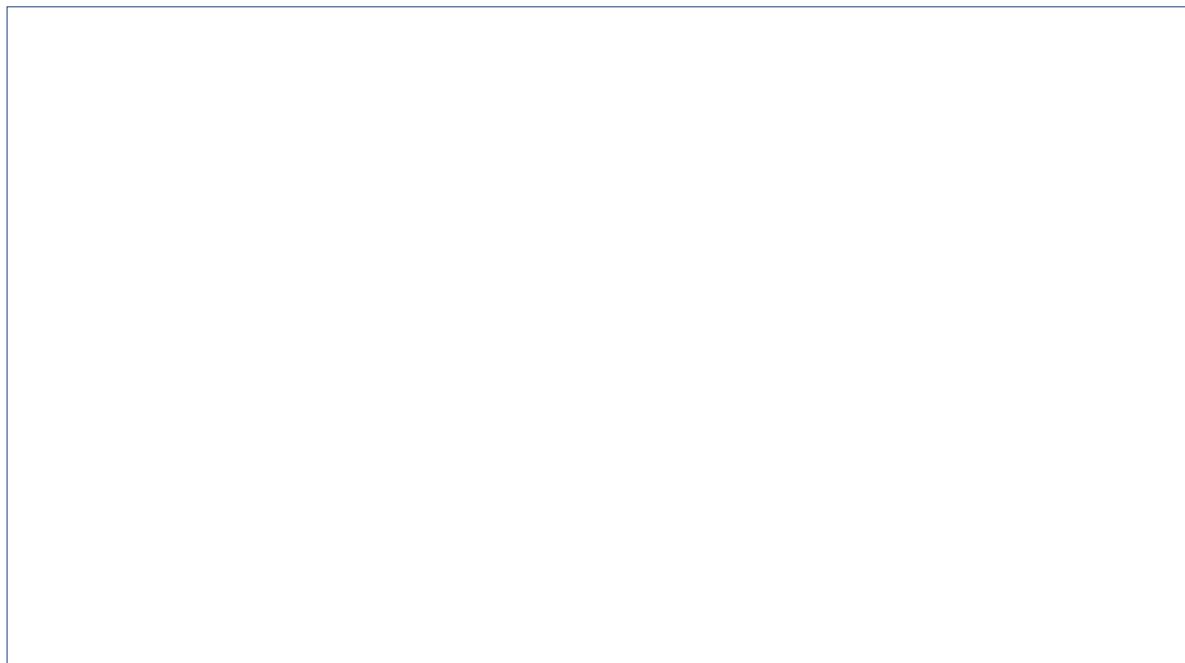


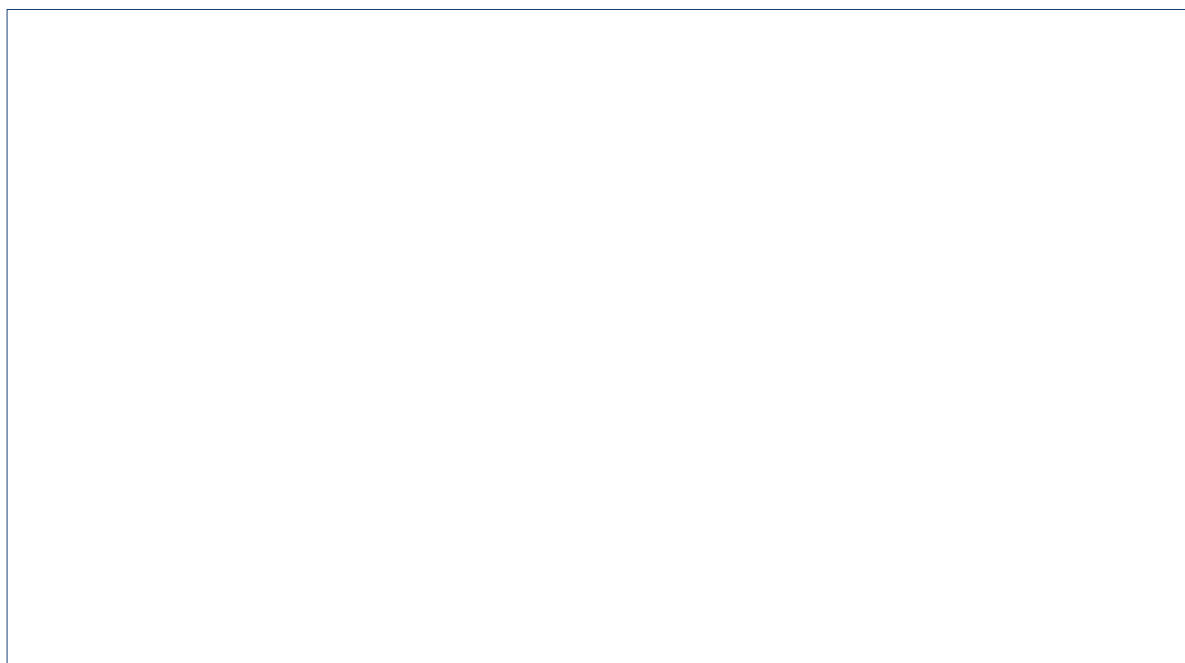
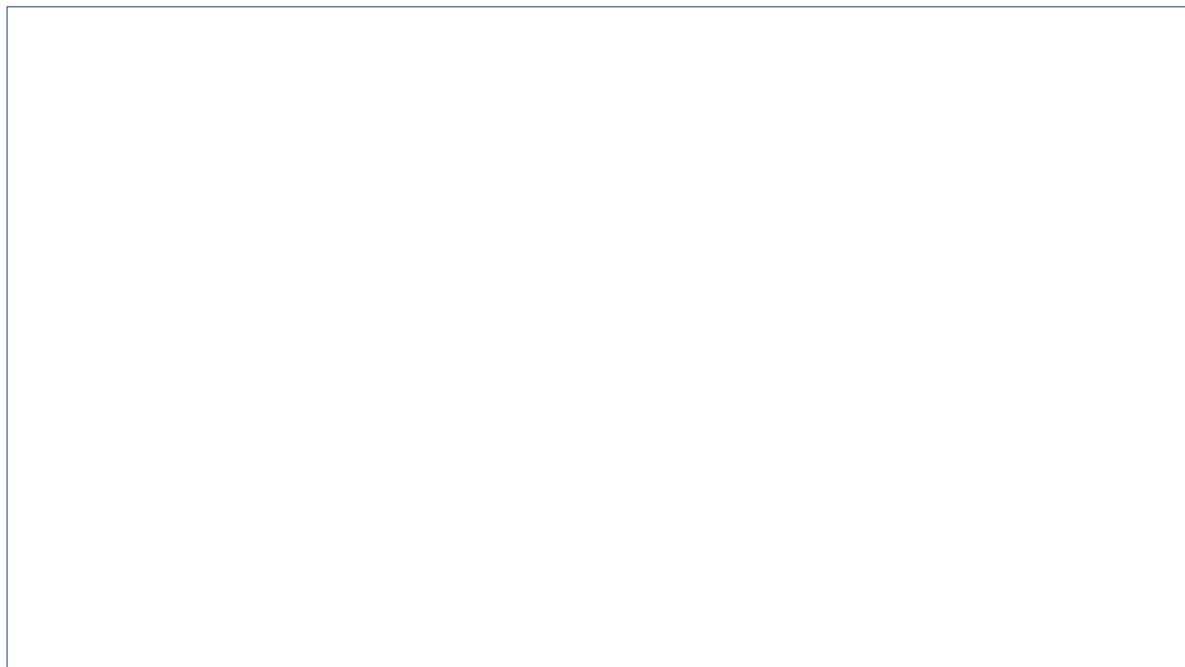
⁷ Texto integral da comunicação, fornecido por Eunice Magalhães.

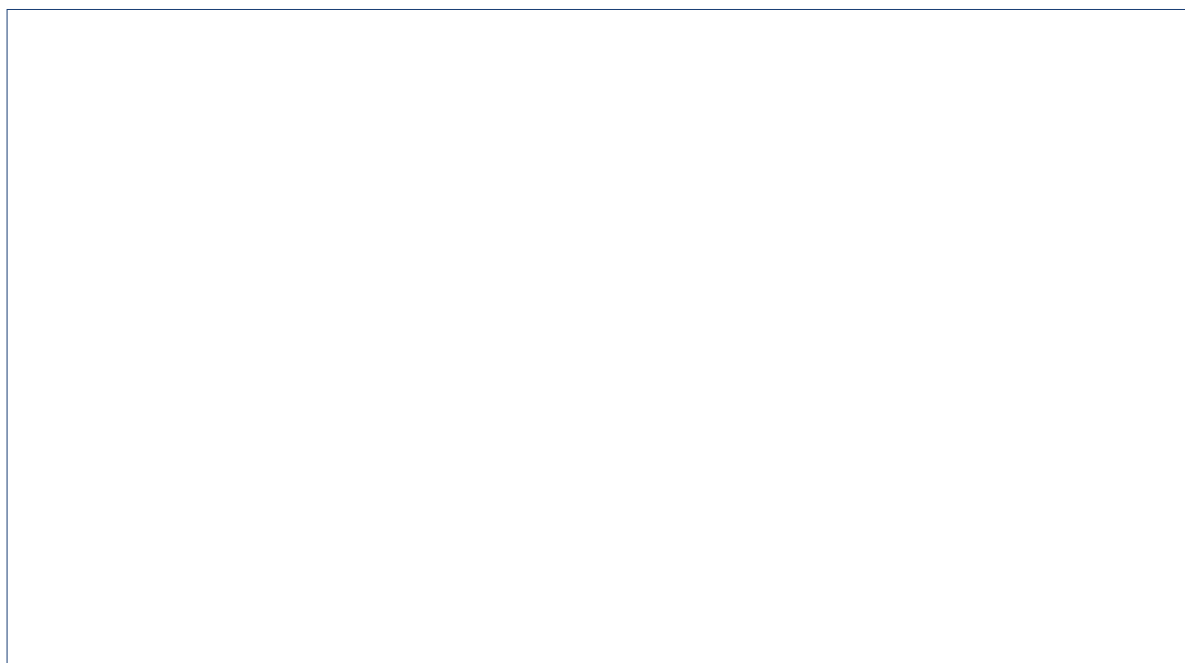
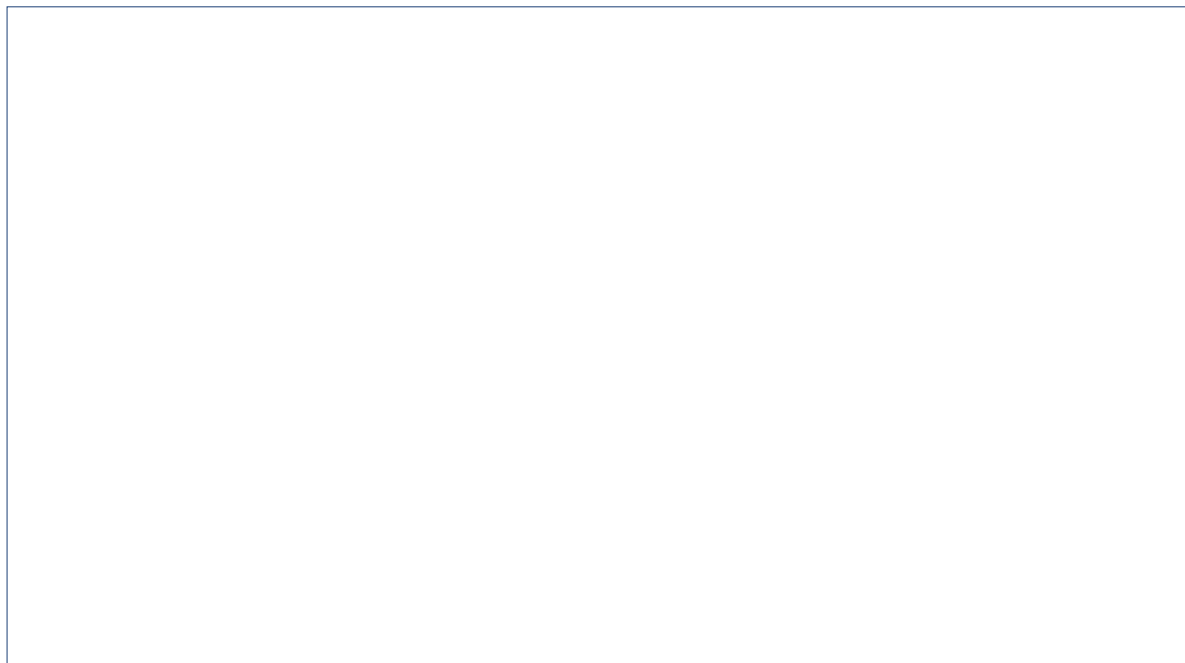












5. SER FAMÍLIA DE ACOLHIMENTO EM PORTUGAL

5. SER FAMÍLIA DE ACOLHIMENTO EM PORTUGAL

5.1. Nadine C. Santos | Presidente da APAF – Associação Portuguesa de Acolhimento Familiar⁸

Bom dia a todos.

Antes de mais, obrigada pelo convite que me foi endereçado para estar aqui presente.

Vou misturar um bocadinho as minhas funções aqui, se me permitirem, porque é complicado falar enquanto Presidente de uma Associação e, também, enquanto família de acolhimento. A separação é ténue e, portanto, vou falar um pouco na primeira pessoa.

O exercício que fiz, ou aquilo que me foi pedido foi: que mensagens é que nos vão chegando das famílias de acolhimento? Já estou nisto há uns anos, pré 2019/2020, e posso começar com uma nota muito positiva, uma vez que muita coisa mudou.

As dificuldades que eram experienciadas pelas famílias antes da nova Lei e da sua Portaria eram completamente diferentes. Eu gosto de dar o exemplo e, hoje, perante a minha entidade patronal, pela Lei do trabalho digno, eu pude justificar a minha ausência para estar aqui. Não a tinha previamente e hoje consegui fazê-lo. Isto parece tão pouco, mas é tão excecional que, se calhar, a menos que estejamos no terreno não imaginam a diferença que isto faz.

Versus quando me chegou uma criança a 12 de junho de 2015, uma sexta-feira, e na segunda-feira tive de me apresentar na minha entidade patronal para trabalhar e tive de encontrar um campo de férias onde a colocar, 48 horas após ter chegado a casa.

Isto são mudanças radicais no sistema. Nós estamos a caminhar numa direção certa e eu sei que queremos ir mais depressa e, se calhar, não estamos a ser suficientemente rápidos, mas estamos a fazer alguma coisa decerto e quero agradecer a todos aqueles que estão presentes nesta sala por tudo aquilo que têm feito e a todos os que não estão, mas que têm estado envolvidos neste processo. Portanto, queria começar por passar esta mensagem com estes dois exemplos.

Perguntei às famílias, assim de um modo muito informal, numa caminhada que fizemos com famílias de acolhimento, onde estiveram cerca de quinhentas pessoas, como era isto de acolher, mas não na relação com a criança, como é mesmo ser família de acolhimento?

Então, eu vou dizer palavras soltas, palavras que já todos disseram aqui. As famílias indicaram o seguinte: há barreiras práticas; há desconhecimento; há invisibilidade, "*sentimo-nos invisíveis*"; há fragmentação onde deveria existir coerência; há, às vezes, falta de diálogo; "*não nos escutam ou escutam-nos em momentos errados*"; "*por vezes, sentimos que não confiam em nós ou não nos dão alguma autonomia de decisão*".

"*Nós somos normais*" e eu perguntei "*normais em que sentido?*" Eles disseram-me "*não somos super-heróis, por favor olhem para nós como somente humanos. Nós somos uma família e não uma família*".

⁸ Texto da comunicação com base na gravação em vídeo.

de super-heróis". Eu achei isso fantástico, não somos mesmo, e, portanto, cometemos erros e vamos continuar a cometer. Lamento indicar, mas vai acontecer.

É difícil e há momentos muito difíceis. Se valem a pena? Sim, valem, mas isso não retira a dificuldade do momento. Foram estas as mensagens principais.

Nestas duas horas que tive fui perguntando que barreiras práticas existiam e surgiram respostas com coisas tão práticas como:

- Abertura de conta bancária. Somos obrigados a abrir uma. Eu fui a inúmeros bancos e só o consegui fazer quando a jovem que tenho em acolhimento comigo fez 16 anos e mediante a ajuda pessoal de alguém. Mas, ao mesmo tempo, na medida de avaliação estava escrito: ainda não abriu conta bancária.
- Renovação do cartão de cidadão, principalmente quando têm menos de 14 anos. A partir dos 14 até é simples. Com menos de 14, nas Lojas do Cidadão, se uma família de acolhimento chega com uma criança com o objetivo de renovar o cartão de cidadão é muito complicado.
- Médico de Família. Se nos Centros de Saúde recusam a inscrição da criança como é possível chegar lá?
- Escolas, principalmente, creches. As creches dizem que não há vagas extra e a família não consegue colocar a criança.
- Juntas de Freguesia. Não reconhecem como sendo um agregado familiar, portanto, não passam o papel necessário para a matrícula na escola, porque a criança não pertence ao agregado.

E tudo isto são barreiras práticas que nos levam à questão da necessidade de disseminação do que é o acolhimento familiar, à divulgação da medida, à sensibilização junto da população, com certeza, mas também junto de entidades. Porque por detrás de cada uma destas barreiras está uma entidade, e entidades até bastante formais, como alguém que faz o atendimento numa Loja do Cidadão, num Centro de Saúde ou Unidade de Saúde Familiar, que desconhecem a medida, que não a aceitam como existente e que não permitem que essa criança pertença a esse agregado familiar, com todos os benefícios e direitos que supostamente deverá ter, bem como essa família.

E isto liga-se à palavra invisibilidade. A família de acolhimento ainda, em múltiplas circunstâncias, se sente invisível. Era verdade pré 2019/2020, e tem havido grandes ações nesse sentido, com as famílias agora a sentirem-se menos invisíveis, mas ainda invisíveis.

Há esta esperança tremenda por parte das famílias, com o alargamento nacional do acolhimento familiar, em que já há mais entidades envolvidas. Fiquei maravilhada com as intervenções da manhã, mas ainda mais com estas entidades de enquadramento: quantas mais melhor, quantos mais distritos e concelhos melhor!

Porque há força em números: havendo mais famílias de acolhimento, há mais famílias de acolhimento a exigirem que seja reconhecida a sua existência e os seus direitos. É um movimento em que os números têm força.

E foi interessante porque acabei por perguntar às famílias: então e porque não falam sobre a família

biológica, porque é que essa não é uma palavra que surge? E dizem que isso, curiosamente, pensavam ser a parte mais difícil de navegar, mas, às vezes ou frequentemente, até não é.

Causa muito mais problemas a uma família de acolhimento não conseguir renovar o cartão de cidadão, que é muito mais problemático, porque impede de fazer um conjunto de coisas, do que estabelecer o dia do telefonema ou da visita, onde as coisas se vão organizando, de certa forma. Agora, na verdade, cada caso é um caso e há casos bastante complicados e eu não quero, de todo, dizer que isto é uma mensagem coesa ou igual para todos.

Este assunto é muito casuístico, cada família é uma família, cada acolhimento de cada família é diferente, não há dois acolhimentos iguais e famílias que já acolheram múltiplas vezes irão dizer-vos isto. E é aqui que as famílias pedem, e é aquilo que me vão transmitindo na Associação, algum nível de confiança em si mesmas, que há pequenas decisões que a família consegue tomar e tem de haver essa confiança, tem de existir algum nível de autonomia. Embora todas reconheçam que, até para haver esta validação das famílias de acolhimento, estão perfeitamente confortáveis com todas as certificações e renovações das medidas e isso, claramente, deverá existir.

Vou terminar com esta importância do *network*, de uma rede, e até me surgiu um exemplo muito específico e estava a falar com um dos interlocutores da manhã, com o Rui, e lançava-lhe um desafio.

Eu como família de acolhimento tenho de continuar nestas formações contínuas. Pessoalmente, adoro-as e têm sido extraordinariamente úteis. Alinho em todas, até numa para crianças de um ano, só para saber como era.

As entidades de enquadramento, imagino, têm de otimizar recursos e nem todas as entidades vão ter todas as formações contínuas, em todas as áreas. Mas, se eu souber que uma entidade de enquadramento que nem é a minha, mas é minha vizinha, está a ter uma formação em adolescência, porque é que eu não posso ir? Ter conhecimento de que essa formação existe e ir lá?

As famílias vão atrás disso, porque para as famílias de acolhimento, sim, interessa-nos uma fantástica relação com a nossa entidade de enquadramento, é extraordinariamente necessária, mas nós não somos muito de estar "nas nossas capelinhas". Na verdade, queremos sentir-nos integrados e queremos estar onde há conhecimento e onde nos podem ajudar. Portanto, estamos muito tranquilos com partilhas de informação.

Por um lado, há este apego à nossa entidade, aos nossos técnicos, mas também há esta vontade de pertencermos ao todo, porque somos um todo e queremos que esse todo seja cada vez maior.

Sei que ultrapassei o tempo e, por isso, vou terminar, mas depois, se tivermos oportunidade, estou aberta a perguntas.

5.2. Luiz Soveral | Família de Acolhimento⁹

Muito bom dia a todos.

Desde já, peço desculpa, porque eu não tenho experiência nenhuma de falar em público, portanto dêem-me um bocadinho de calma.

Eu queria começar por agradecer ao IAC, o convite que me fez para estar aqui, assim como a possibilidade de participar na "Academia para a Parentalidade Consciente" que, apesar de eu já entrar numa fase muito avançada, foi extremamente educativa.

Depois, enquanto família de acolhimento queria agradecer à Santa Casa por todo este acompanhamento que tem feito ao longo destes anos e o apoio que tem dado.

Vou falar um bocadinho sobre a nossa experiência, ou seja, da minha e do jovem que tenho acolhido e da irmã, que tenho estado a ajudar ao longo deste percurso todo.

E queria começar por referir umas frases, eu vou dar os nomes porque eles já são ambos maiores de idade e deram-me autorização, do Miguel e da Mariana que, de certa forma, marcam a nossa relação.

Primeiro, quando ainda na casa de acolhimento, a expressão do desejo do Miguel de vir viver comigo e de não passar pela autonomização de vida: *"no lar não quero ficar mais, lá não vou evoluir mais"*.

Em segundo lugar, refiro uma conversa que tive com a Mariana, em 2021, em que ela disse que antes de me conhecer nunca tinha qualquer perspetiva ou ambição em relação ao futuro dela, que apenas queria sair do lar e trabalhar para viver, nem que fosse a fazer limpezas, e que agora tudo estava a mudar. Ela está neste momento a viver num apartamento de autonomia da Santa Casa e está a estudar.

Conheci-os em janeiro de 2020, apresentados pelo pai, uma vez que tinha sido meu vizinho durante a adolescência. Estávamos na década de 80. Passado cerca de 28 anos encontrámo-nos, via redes sociais, e falou-me que tinha dois filhos institucionalizados. Eu de imediato disse *"quero conhecê-los!"*. E isso aconteceu logo no dia seguinte.

A situação do pai era muito precária. Não tinha casa e os encontros com os filhos aconteciam ou na casa de acolhimento, o que é um bocadinho constrangedor, ou num café, o que também não é a solução ideal, ainda mais para quem não tem dinheiro para pagar um café, sequer.

Este desejo de conhecer os filhos foi muito bem recebido, sendo que logo foi combinado continuarmos estes contactos. A Mariana tinha, na altura, 16 anos e o Miguel tinha 15 anos e estavam há bastante tempo em acolhimento.

Para meu espanto, nessa primeira saída, entre várias hipóteses que coloquei de programas em Lisboa, como, por exemplo, ir passear à beira-rio ou ir a um centro comercial, eles responderam os dois: *"queremos ir para tua casa"*. E foi a primeira, de muitas vezes, que vieram lá para casa. Agora, a nossa casa. Primeiro com o pai, depois sem o pai, cuja situação psicológica se degradava.

Em março de 2020, a Diretora Técnica da casa de acolhimento, validando a relação que tínhamos estabelecido, propôs-me pedir autorização ao tribunal para a Mariana e o Miguel poderem começar a pernoitar em minha casa. No entanto, dias depois, começou o confinamento e esse projeto ficou suspenso.

⁹ Texto da comunicação com base na gravação em vídeo.

Mas o contacto perdurou, telefonicamente, por mensagens e por visitas minhas à porta do lar, onde conversávamos um bocadinho, no início, através do vidro, depois já não tanto, quando começamos todos a tranquilizar. E, realmente, a primeira saída autorizada que tiveram, em junho, foi comigo.

Em outubro desse ano, e dando resposta ao desejo de ambos, de ficarem mais tempo comigo e não terem de voltar ao fim do dia para casa, porque já começaram a vir passar os dias comigo, fiz uma petição ao Tribunal de Família e Menores para que eles pudessem vir pernoitar, passar o fim-de-semana inteiro e até férias.

Isto foi em outubro e em novembro já vieram passar o último fim-de-semana comigo. Ou seja, pandemia ou não, aquilo correu muito rápido. Ainda nesse Verão foi quando o Miguel expressou o desejo, que já vos transmiti, de querer vir viver comigo. E eu, na altura, não fazia a menor ideia de como é que isso podia ser feito. Ele estava convencido de que poderia fazer isso aos 18 anos. Tinha acabado de fazer 16 e esperava pelos 18 para sair porta fora e vir viver comigo. Graças a Deus, há outras vias.

Eu comecei a ver quais eram as diferentes vias. Aliás, quando tivemos a reunião na EATL, na época já tinha falado nessa intenção e foi-me colocada até a possibilidade de Apadrinhamento Civil. Porque é que eu não ia por essa via?

E eu, efetivamente, optei pelo Acolhimento Familiar para que o Miguel continuasse a ser abrangido pelo sistema de promoção e proteção, porque se a família dele falhou aqueles anos todos, se eu falhasse depois, por alguma razão que fosse e ele já tivesse 18 anos, estava perdido na rua. Já não é o caso agora, vai mudar, mas, na altura, era esta a realidade.

Em dezembro desse ano, depois do Natal, telefonei para a Santa Casa, e marcaram logo uma sessão de informação para os primeiros dias de janeiro, e onde eu já falei do meu caso muito específico. Portanto, eu não ia entrar diretamente para uma bolsa, ou seja, eu já vinha com um desejo e pediram-me, até, para eu fazer uma apresentação e estudaram o caso e, então, a candidatura só foi feita depois, em finais de fevereiro.

Como disse, era uma situação muito singular, porque eu estava a querer acolher um jovem específico e que já tinha 16 anos, na altura. A resposta não veio em quatro meses, veio em nove, mas veio. Mas esse atraso foi um bocadinho difícil para todos nós, foi um tempo de expectativa, principalmente, para o Miguel.

O Miguel começou a fazer o 12.º ano e já tinha sido expressa, por parte da EATL, a vontade de que os dois irmãos saíssem ao mesmo tempo. O que acabou por não acontecer. A Mariana estava em vias de ir para a autonomia e saiu no início de setembro. O Miguel veio passar o Natal comigo, no dia 25, aprovado o plano de férias, antes disso estive com o pai, ainda, e já não voltou à casa de acolhimento. O despacho foi, depois, a 20 de janeiro. Portanto, já houve também aí digamos uma certa latência, uma certa liberdade.

Ainda em setembro, houve aquela separação dos irmãos, que estiveram a vida quase toda juntos. E até no início, na infância... numa idade muito tenra, a irmã criou um processo de parentalização: tomava conta do irmão, apesar de só haver 16 meses de diferença. E isto foi um corte. Mas ela vinha passar todos os fins-de-semana connosco, portanto, havia um contacto mais intenso.

Passou-se um ano e meio desde que ele veio viver comigo e dando-se uma primeira diferença: ele não mudou de escola, manteve-se na mesma escola. Ele não mudou de apoios escolares, manteve os apoios escolares. Mas o rendimento escolar melhorou. Porquê?

Aí é que começamos a ver, na prática, o que ouvimos todos na teoria, a acontecer. E mais, apesar das dificuldades, porque enfim ele acabou por ir para a área de estudos que não devia ter ido, porque no 9.º ano tinham-lhe determinado outra e ele, como jovem, escolheu a mais fácil, a casa de acolhimento também deixou acontecer, mas conseguiu, mesmo assim candidatar-se ao ensino superior e ser colocado na sua primeira opção.

Ele terminou agora, dia 6, o primeiro ano de licenciatura, com 18 anos. O que não é uma coisa normal para a maior parte das crianças institucionalizadas. Nós temos retenções de um, dois, três, quatro anos, às vezes.

E o que aconteceu neste tempo? O que senti foi que, para além de uma forma de estar mais carinhosa, entrámos numa rotina que tem vindo a tornar-se mais estável de dia para dia.

Assim, de acordo com aquilo que sempre acreditei, o acolhimento de adolescentes e pré-adolescentes pode ser, ainda, muito transformador de uma vida. E o Miguel é um exemplo disso.

Eu penso, por vezes, que a prioridade dada ao acolhimento de crianças até aos seis anos é fantástica, mas, num país em que a maioria das crianças institucionalizadas tem mais de 12 anos, revolta-me este quase esquecimento de vidas que ainda podiam ser resgatadas e suavizadas em tantas dimensões.

A Mariana, mesmo em processo de autonomia, expressa esse mesmo desejo de casa, de um adulto de referência estável e presente, sendo que ter o seu quarto em nossa casa, estar incluída nas rotinas de família, que agora somos nós, é essencial. Já são raros os fins-de-semana em que não vem dormir lá em casa. E, também, nos estudos vai fazendo o seu caminho, agora num curso técnico de especialista em exercício físico e a seguir, talvez, no ensino superior.

Mas os desafios são muitos, sendo que o mais relevante é tensão emocional que todos sentimos neste reconstruir de relações, que são novas em tantos aspetos. A Mariana e o Miguel têm muitas discussões com comportamentos de agressividade verbal e, pontualmente, até física, o que revela muito a instabilidade emocional que viveram tantos anos, mesmo antes do acolhimento inicial.

A relação com o pai também se alterou sendo que ambos pediram recentemente ao tribunal que o pai não fosse mais informado dos seus processos. A relação tensa com o pai agudizou-se em muitas agressões verbais, mas mesmo assim com continuação de momentos juntos, porém sem pernoitas.

Aos poucos, no entanto, a relação com a mãe e a família alargada, avós, tios, e primos, embora motivada por mim, foi-se reconstruindo. Pequeno à parte: hoje à tarde não tarda, irão receber a visita do avô materno lá em casa que nunca viram na vida.

Relativamente aos seus pares nas diferentes casas de acolhimento onde estiveram e mesmo com funcionários, a relações foram-se diluindo, desaparecendo, mesmo, em alguns casos, sinalizando provavelmente o pouco do que são estas relações no âmbito da institucionalização. São poucos os jovens com quem ainda mantêm relações e quando acontecem são incentivadas por mim.

Eu gostaria de dizer o seguinte: nós sabemos que o problema é todo conhecido, os estudos estão feitos, as leis estão feitas e as nossas leis são boas, à parte de uma ainda não regulamentada, o que é, enfim, típico de Portugal. Agora, é uma questão de vontade política para criar os meios para aumentar esta situação e para que acabe o flagelo de certas casas de acolhimento. Sei que elas são necessárias, serão sempre, mas não nos moldes em que existem atualmente.

Por último, gostaria de realçar que ainda há muitos estereótipos ligados à situação de acolhimento, seja residencial, familiar ou mesmo adoção ou apadrinhamento civil, nomeadamente, o dever de estar agradecido que as crianças e os jovens devem demonstrar. Como se estivessem numa situação excecional de sorte, diferenciação positiva na vida, encontro com pessoas de grande coração e disponibilidade. Quando, de facto, nós só estamos a lidar com crianças a quem foi negado um dos mais essenciais Direitos Humanos: o Direito a uma família. Logo que sorte é esta que afinal lhes damos? Nós somos meros remediativos.

Toda a gente diz que na convenção está escrito que a criança tem Direito a uma família, mas, na realidade, não está. O mais próximo é esta frase do seu preâmbulo: *"a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão."*

Obrigado.

5.3. Maria Sequeira Mendes | Projeto Adotar e Acolher¹⁰

Olá, bom dia!

Apresento-vos o nosso site, Projeto Adotar e Acolher.

Antes de começar, queria relatar o meu percurso, porque tive contacto com todas as medidas de proteção e, ao longo destes últimos anos, estudei imenso trauma, negligência e abuso.

Num dos meus projetos colaboro com uma Companhia de Teatro e fui à prisão, porque estamos a fazer um projeto com reclusos e reconheci os sinais profundos de uma vida em que, por exemplo, as mulheres tinham sido forçadas a casar com 12 ou 14 anos e tiveram uma vida de violência doméstica. Com os homens realizei um diário de emoções, para perceber de onde é que surge a raiva, porque é que surge a agressão, o que é o amor... e um deles disse-me que gostava de trabalhar sobre a bondade. E estamos a falar de pessoas que estarão presas pelos próximos vinte anos.

Isto para contextualizar e enquadrar que existem, portanto, situações complexas, nomeadamente, de doença mental grave dos progenitores, em que as crianças se tornam parentalizadas, assumindo os cuidados dos próprios pais e dos irmãos. E colocam esse cuidado, essa responsabilidade, como prioritário e sentem remorso de deixar de o prestar. O que acontece é que estas crianças crescem e, caso não sejam retiradas das famílias, tendem a tornar-se adultos muito pouco funcionais.

Constato que para as famílias, nomeadamente, para as crianças que as integram, o acolhimento pode ser algo muito positivo, levando ao estabelecimento de laços de amizade e proteção (que podem ser potenciadores da ultrapassagem de traumas) e também de saudades, o que faz parte da vida, caso a criança ou o jovem acolhido regresse à família de origem, sobretudo se esta habita longe.

Há um livro chamado "*Foster*", da Clare Keegan, que mostra que, na verdade, às vezes pode ser uma maldade horrível oferecer a uma criança uma vida melhor para depois a enviarmos para uma vida que não é tão boa do ponto de vista, por exemplo, financeiro.

Entretanto as famílias de acolhimento, formais ou informais, criam laços e mantêm uma relação com a criança ou o jovem que acolhem. Já não sei quem é que falava sobre isso, mas de facto, acho que era Rosário Farmhouse, as crianças ficam para sempre na família, mesmo quando são adultas. E, quando são acolhidas com sucesso, estudam, por vezes, na faculdade, e têm de facto uma vida direita. Aquilo que nós podemos chamar de uma boa vida.

E tudo isto são motivações para acolher e adotar, é algo que faz sentido.

No caso de adotar e acolher irmãos, o facto de o menor de idade poder ser adotado e o jovem adulto não poder é bastante negativo. O que acontece é que para este último, geralmente, é feito um processo de autonomia. Ora, esta separação pode ser profundamente dolorosa para os dois. O mais novo acaba por perder a figura de referência que sempre conheceu e esse sofrimento é muito evidente. E, muitas vezes, esta situação só pode ser contornada através de uma medida de apadrinhamento civil para o irmão mais velho (o que não se consegue de imediato, por vezes, só ao final de um ano), uma vez que o pedido de adoção é negado pelo Tribunal e pelo Supremo Tribunal. Portanto, e tenho de dizer isto, esta Lei que permite que crianças sejam adotadas até aos 18 anos é uma lei profundamente injusta, porque estes jovens adultos são também parte da família, mas, legalmente, não podem ser. E merecem ser!

¹⁰ Texto da comunicação com base na gravação em vídeo.

Uma das coisas que eu gostava de dizer com isto é que estamos aqui a falar sobre acolhimento familiar, mas devíamos estar a falar sobre as três medidas em simultâneo. Porque cada caso é um caso, e há casos em que o apadrinhamento é o mais indicado, há casos em que a adoção é o mais indicado, há casos em que o acolhimento familiar é o mais indicado. Mas as crianças são as mesmas. A vivência de traumas, a vivência de negligência, a vivência de abuso. E, portanto, o sistema tem de ser pensado num conjunto.

E isso leva-me à segunda parte. Por vezes, ao acolhermos, enquanto família, achamos que temos ferramentas e experiência e depois podemos, na verdade, perceber que não temos e que não sabemos.

Porque em função daquilo que as crianças acolhidas passaram, podem, ou não, ser crianças difíceis, independentemente da idade, que não é necessariamente indicador de facilidade. Um bebé pode ser muito mais difícil do que um adolescente, porque cada caso é um caso.

No meu caso, é de salientar a grande ligação com a casa de acolhimento, que fez um trabalho extraordinário de acompanhamento e é um bom exemplo de uma estrutura que funcionou muito bem. Continuamos a trocar mensagens com a nossa equipa da Santa Casa, com a equipa da Segurança Social que nos acompanhou no início e ainda vamos à casa de acolhimento muitas vezes passear, levar coisas, etc.

Mas posso dizer isto, percebi que, às vezes, não sabia o que estava a fazer, então fiz com a minha licença de parentalidade aquilo que eu sabia fazer. Sou professora, estudo, então estudei. Passei um ano e meio a estudar, a traduzir. A certa altura eu já tinha adquirido ferramentas de resolução de problemas concretos, mas havia famílias que tinham problemas diferentes e que não sabiam o que fazer. E eram casos, por exemplo, de abuso sexual ou casos de negligência grave com comportamentos muito diferentes.

Neste momento, a pesquisa é riquíssima, está tudo escrito, é só preciso traduzir. Eu percebi que tinha mais facilidade com línguas do que outras pessoas, dada a minha profissão, e, portanto, comecei primeiro a traduzir para estas famílias, enviava-lhes os documentos e na sequência disso fizemos este site.

Eu gostava de salientar que para tirar a carta de condução, para aprender a conduzir, temos 28 aulas! E um manual para decorar: velocidades, medidas, infrações, etc... Como é que para adotar e para acolher temos apenas cinco sessões?

A isto acresce o problema da preparação para determinadas problemáticas, aliás para todas as problemáticas. Porque uma família pode, por exemplo, no preenchimento do formulário indicar que não quer acolher uma criança que tenha sido abusada sexualmente. Só que, por vezes, a própria instituição não sabe. E, afinal, a criança tem esse passado associado, conta depois à família e esta não sabe como lidar.

São situações difíceis e nós, que acolhemos, adotamos, apadrinhamos, não sabemos, efetivamente, que situações vamos ter. Eu fui-me apercebendo disto porque escrevi um livro pequenino chamado "Adoção Tardia" e, entretanto, comecei a receber muitas mensagens de pais (pais, amigos de pais, pais amigos de amigos, pais acolhedores, pessoas que tinham apadrinhado há muito tempo). E fui respondendo, juntamente, com a Santa Casa. Alguns foram mesmo indicados pela Santa Casa, aliás. Neste momento tenho uma rede enorme de pessoas que vai enviando mensagens quando precisa.

Isto é só para dizer que os pais têm de saber tudo, e temos de saber muito mais: temos de estar preparados para lidar e saber o que fazer perante comportamentos suicidas, cortes, abuso sexual (o que é que se faz quando alguém tem comportamentos masturbatórios na sala de aula) e temos de falar dessas coisas sem problemas entre nós.

Negligência, raiva profunda, tudo isto é tratável, não existem casos perdidos. Mas temos de ter ferramentas. Eu acho que a preparação dos pais devia ser exatamente como na carta de condução: Manual, está aqui, pode-se ler.

Em breve, iremos publicar no site a parte relacionada com o acolhimento familiar. Não há medidas diferentes. Há crianças. Estas crianças sofreram horrores e merecem a nossa atenção.

E a rede de pais de que a Nadine falava é absolutamente fundamental. Porque possibilita pôr em contacto pais que já lidaram com as mesmas problemáticas para que se entremudem, possibilita uma mensagem de esperança: conheço pais que já resolveram esse problema e é possível a criança melhorar e vai melhorar. E isto no acolhimento familiar é bem maior, porque na adoção existe segredo. Nós não sabemos quem somos uns e outros.

Por outro lado, há que reconhecer a existência do *burnout*, que pode existir por parte de quem acolhe. É uma sorte, é muito importante, para as famílias poderem encontrar outras com capacidades parentais similares, para poderem descansar, alternadamente. Porque algumas crianças não podem, pelo menos numa fase inicial, ser simplesmente deixadas com os parentes próximos, por mais paciência que tenham, porque não têm as ferramentas e a experiência adequadas.

Portanto, os pais têm de saber o que é o *burnout*, a depressão pós-adoção, têm de saber o que é *compassion fatigue* e estar informados sobre todas essas coisas, para as poderem prevenir, porque só assim é que conseguimos prevenir as interrupções da adoção.

Obrigada.

6. ACADEMIA PARA A PARENTALIDADE CONSCIENTE: FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO PRECISAM-SE!

6. ACADEMIA PARA A PARENTALIDADE CONSCIENTE: FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO PRECISAM-SE!

6.1. Fernanda Salvaterra, Mara Chora e Rita Amaral

| Equipa da Área do Conhecimento e Formação
do Instituto de Apoio à Criança¹¹



Projeto “Academia para a Parentalidade Consciente Famílias de Acolhimento Precisam-se!”

Acolhimento Familiar

O acolhimento familiar é uma medida que **visa o superior interesse da criança sendo central para promover o seu desenvolvimento saudável**, em situações em que a criança não pode viver com a sua família de origem.

Esta é uma **medida de promoção e proteção que permite à criança crescer num ambiente familiar estável e seguro, enquanto mantém laços com a família biológica**.

As famílias de acolhimento têm como objetivo a prestação de cuidados adequados às necessidades e bem-estar das crianças, proporcionando-lhes simultaneamente:

- ✓ Relações afetivas estáveis e seguras;
- ✓ A educação necessária ao seu desenvolvimento integral;
- ✓ Condições de vida que potenciam o desenvolvimento e o bem-estar da criança.

Contudo...

As competências, o papel e as responsabilidades dos cuidadores e dos profissionais pode implicar desafios no âmbito do processo de acolhimento familiar.

¹¹ Texto integral da comunicação, fornecido pelas oradoras.

Acolhimento Familiar: Desafios e Dificuldades das Crianças

Exposição ao trauma.

Consequências físicas, cognitivas, emocionais e psicológicas da exposição a situações de perigo.

Aprendizagens decorrentes das experiências anteriores.

As crianças em acolhimento familiar têm um conjunto complexo de necessidades e muitas vezes, dificuldades, que tornam os seus cuidados mais exigentes...

Representações negativas de novos cuidadores.

Medo, desconfiança e incerteza face a outros cuidadores.

Instabilidade do processo que culmina no acolhimento familiar.

Transição para o acolhimento familiar em si.

Dificuldades em gerir a perda e os sentimentos ambivalentes relativos à família biológica.

—NELSON—

Acolhimento Familiar: Desafios e Dificuldades das Famílias

Os cuidadores, por sua vez, **sentem também algumas dificuldades** inerentes a este processo...

Falta de informação sobre a experiência da criança.

Falta de informação e de conhecimento dos efeitos e consequências da exposição a situações de perigo e trauma.

Dificuldade em gerir as reações de resistência/desconfiança da criança.

Dificuldade em gerir os comportamentos desafiantes da criança.

Dificuldades em gerir a vinculação da e à criança.

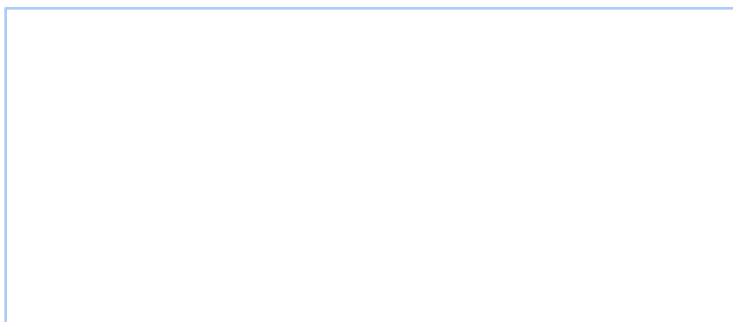
Dificuldade em gerir sentimentos de ambiguidade face à pertença da criança à família.

Dificuldades na gestão da relação com a família biológica da criança.

—NELSON—

Acolhimento Familiar: Parceria do IAC

O IAC, enquanto entidade com competência em matéria de infância e juventude que pretende intervir adequadamente junto da comunidade, famílias e crianças, com o objetivo de mitigar as dificuldades que afetam a infância e a juventude, associou-se a vários parceiros europeus com o objetivo de responder às necessidades das famílias de acolhimento e dos profissionais que as acompanham, através do projeto europeu:



— NELSON —

Projeto: “Academia para a Parentalidade Consciente Famílias de acolhimento precisam-se!” (Outubro 2020 a Junho 2023)

Objetivos Gerais do Projeto

Formação das equipas técnicas que coordenam o acolhimento familiar.

Formação para as famílias de acolhimento e outros cuidadores.

Desenvolvimento de um Guia de Orientações para os profissionais.

Desenvolvimento de materiais que promovam o acolhimento familiar.

— NELSON —

Projeto: Academia para a Parentalidade Consciente

Público-Alvo

Profissionais

Técnicos que apoiam as famílias de acolhimento, psicólogos, assistentes sociais, assistentes familiares e terapeutas.

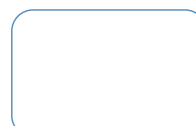
Cuidadores

Famílias de acolhimento e pessoas que efetivamente prestam os cuidados à criança.

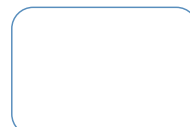
Instituições Parceiras



Fundação de Educação SMART, Polónia. (Coordenação)



Centro Municipal de Bem-Estar Social de Żory, Polónia.



Instituição Pública "Academia Minha Família", Lituânia.

Acolhimento Familiar: Diferenças entre Portugal, Polónia e Lituânia

Famílias de acolhimento podem ser:

Famílias não profissionais – cuidam das crianças como qualquer outra família.

Famílias profissionais – cuidam das crianças a tempo inteiro.

Famílias profissionais recebem remuneração

mensal, tal como em qualquer emprego.

Lituânia – cerca de 730€ (independentemente do número de crianças).

Polónia – 345€ (por criança).

Estes aspetos não se verificam no Acolhimento Familiar em Portugal.

Acolhimento familiar profissional pode ser:

Casas de acolhimento na comunidade

(e.g., Aldeias SOS)

"Orfanatos familiares"

acolhendo até 8 crianças por "família".

O acolhimento familiar pode ser:

De emergência.

Temporário (até 18 meses).

Permanente (Indefinidamente ou até a idade adulta da criança ou jovem).

Acolhimento Familiar: Diferenças entre Portugal, Polónia e Lituânia

Famílias de acolhimento profissionais podem tirar 12 a 30 dias de férias por ano.

Durante este período a criança fica com outra família de acolhimento.

Famílias biológicas e alargadas da crianças podem ser a sua família de acolhimento.

Estes aspetos não se verificam no Acolhimento Familiar em Portugal.

Crianças e jovens podem ser acolhidos até aos:

25 anos (Lituânia)

Indefinidamente (Polónia).

Famílias de acolhimento podem

candidatar-se à adoção de crianças que acolhem (Polónia).

Acolhimento Familiar: A importância da formação e capacitação

A Formação é essencial para:

- ✓ Assegurar a permanência e prevenir a recolocação da criança numa nova família de acolhimento.
- ✓ Assegurar o bem-estar da criança, ao nível dos cuidados gerais e em particular, emocionais e afetivos.

Assim, e considerando o superior interesse da criança, **deve ser fornecida formação/suporte a técnicos e às famílias de acolhimento que permita ultrapassar os desafios e promover o desenvolvimento saudável da criança.**

Para tal, foram criados materiais para:

- As famílias, com o objetivo de as capacitar para responder às necessidades das crianças e jovens acolhidos.
- Os profissionais com base nos conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e desafios inerentes ao processo de acolhimento.

— NELSON —

“Desafios das Crianças em Acolhimento Familiar: O que esperar do inesperado?”

Esta brochura explora, na perspetiva de uma criança:

- Os desafios com os quais as famílias de acolhimento se poderão deparar quando acolhem uma criança.
- Os motivos pelos quais as crianças poderão requerer cuidados mais exigentes.
- Comportamentos desafiantes que as crianças podem exibir ao longo da sua vida.
- As estratégias práticas sobre como lidar com os desafios e dificuldades.

“Desafios das Crianças Adotadas: O que é esperado?”

Esta brochura explora, na perspetiva de uma criança:

- Os desafios com os quais as famílias adotivas se poderão deparar quando adotam uma criança.
- Os motivos pelos quais as crianças adotadas poderão requerer cuidados mais exigentes.
- Comportamentos desafiantes que as crianças podem exibir ao longo da sua vida.
- As estratégias práticas sobre como lidar com os desafios e dificuldades associados ao processo pós-adoção.
- Como abordar conversas sobre adoção e normalizar este assunto no contexto familiar.
- Recursos e linhas de apoio a famílias adotivas ([Linha SOS Família-Adoção](#)).

Cartas Lúdico-Pedagógicas para Crianças: “O que é o Acolhimento Familiar?” e “O que é a Adoção?”

- Têm como objetivo explorar os conhecimentos da criança e ajudá-la a compreender em que consiste o acolhimento familiar/adoção de forma lúdica.
- Podem ser dinamizados individualmente, sendo direcionados para crianças entre os 4 e os 10 anos em acolhimento familiar ou em processo de adoção.
- Também podem ser exploradas em grupo (e.g., em sala de aula ou acolhimento residencial).
- É recomendado que a atividade seja dinamizada por um adulto.
- Podem ser utilizadas livremente, por ordem aleatória ou sequencial, para explorar temas específicos tais como:
- “O que posso esperar da minha família de acolhimento?”
- “Como vou conhecer melhor a minha família adotiva?”



Outros recursos do Projeto: “Academia para a Parentalidade Consciente”

Página do Projeto no site do IAC:

<https://iacianca.pt/projetos-transversais/projeto-academia-para-a-parentalidade-consciente-familias-de-acolhimento-precisam-se/>

— NELSON —

Página oficial do Projeto:

<https://consciousparentacademy.com/pt-pt/descricao/>

Página oficial do Projeto – Secção dos recursos em Português:

<https://consciousparentacademy.com/pt-pt/resultados/>

Página oficial do Projeto – Secção dos recursos em Inglês:

<https://consciousparentacademy.com/results/>

Obrigada pela
vossa atenção!

-NELSON-

7. SESSÃO DE ENCERRAMENTO

7. SESSÃO DE ENCERRAMENTO

7.1. Vasco Alves | Vogal da Direção do Instituto de Apoio à Criança¹²

Bom dia a todos!

Pela primeira vez, para alguns. Olá, outra vez, para aqueles a quem já cumprimentei pessoalmente.

Foi uma sessão muito rica. É muito comum dizer isso, mas de facto temos, felizmente, no Instituto de Apoio à Criança pessoas que organizam ações que muito contribuem para o enriquecimento de todos.

Houve aqui duas ou três palavras-chave que me parece urgente sublinhar.

Uma é a questão da rede, de uma rede que permite a transmissão de conhecimento, transmissão de experiências e, isso, é fundamental.

O IAC tem feito bastante nesse percurso. Inclusivamente, é uma das poucas instituições que tutela uma rede de instituições constituída por mais de 100 associações locais, que têm o seu programa, mas também têm um programa conjunto. Ao lado desta rede de associações, existe uma rede de associações juvenis, que também tem, além do seu programa institucional, um programa nacional. E, portanto, essa ideia da rede é-nos muito cara. Também neste domínio nos é caro que haja essa troca de informações e que se institucionalize como rede.

Foi bom termos aqui pessoas que nos deram elucidações, conhecimentos, relatos de experiências da parte institucional e, também, foi muito bom ouvir investigadores e muito caloroso ouvir as pessoas que experienciam esta questão, esta vivência direta da adoção ou do acolhimento.

Nós temos, também, feito alguma coisa nesse sentido. De há uns anos a esta parte, o IAC tem-se dedicado bastante a sistematizar, a escrever, a refletir sobre aquilo que faz. Passámos de uma ação mais voluntarista, para uma ação muito refletida, muito pensada e, depois, consolidada e, isso, permite-nos também, por exemplo, como a Prof.^a Fernanda Salvaterra já mostrou, ter neste momento duas publicações neste domínio, que são muito interessantes e que respondem a algumas das questões que as famílias de acolhimento põem e as crianças também. Estão organizadas de forma a responder a questões e é o método que foi utilizado para a elaboração dos manuais. Eu chamo-lhe manuais, porque são de instrução.

E muitas das questões que aqui foram postas pelos pais, encontram ali algumas respostas, como, por exemplo, da criança que faz 24 birras por dia em vez de fazer uma, como as outras crianças, e ali está como é que o pai lida, como é que uma família lida com uma criança que faz birras constantes ou quaisquer outras cenas inesperadas, mesmo para as famílias que já têm filhos biológicos.

Bom, agora, resta-nos em nome da Presidente da Direção, a Dra. Dulce Rocha, dar por encerrada esta sessão.

Agradecer a todos os presentes, sublinhar a presença das forças da ordem, que muito apostam em nós

¹² Texto da comunicação com base na gravação em vídeo.

e que também muito nos apoiam. Nós temos alguns trabalhos que desenvolvemos em conjunto e em cooperação e, portanto, já não há, não queremos nunca mais ter de dizer às crianças “vem ali a polícia” e eles esconderem-se. Vem ali a polícia e vem ali um amigo. Muitas vezes, a polícia é a primeira a confrontar-se com a situação de perigo e de risco. E a interação com instituições, como o Instituto de Apoio à Criança, que é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, é muito frutuosa e permite um enriquecimento do trabalho. Muito obrigado, pela vossa presença, em particular.

Muito obrigado a todos, também, pela presença e pelos contributos que deram nas várias mesas.

8. MEMÓRIA FOTOGRÁFICA

Ficha Técnica

Título

Atas do Encontro “Acolhimento Familiar: Desafios e Potencialidades em Portugal”

Local

Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Data

22 de junho de 2023

Organização

Instituto de Apoio à Criança

Coordenação Editorial

IAC – Conhecimento e Formação
Fernanda Salvaterra

Responsável pela Organização dos Textos

Mara Chora

Transcrição das Comunicações

Carla Gonçalves
Salomé Amaral

Revisão de Texto

Vasco Alves

Capa, Conceção Gráfica e Paginação

IAC – Marketing, Comunicação & Projetos
Cristina Rebelo

Edição

Instituto de Apoio à Criança
Av. da República, n.º 21
1050-185 Lisboa

Email: iac-conhecimento@iacrianca.pt | iac-marketing@iacrianca.pt

Site: www.iacrianca.pt

ISBN

978-972-8003-91-3

